

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE
REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS**

DENISE DA SILVA ULYSSÉA

FLORIANÓPOLIS, Fevereiro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE
REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina, para obtenção do título de Assistente Social,
orientado pela professora Eliedite Mattos Ávila.


Prof.ª Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UESC

DENISE DA SILVA ULYSSÉA

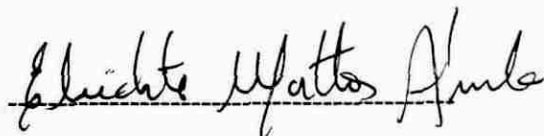
FLORIANÓPOLIS, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado por:
Denise da Silva Ulysséa

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE
REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

BANCA EXAMINADORA



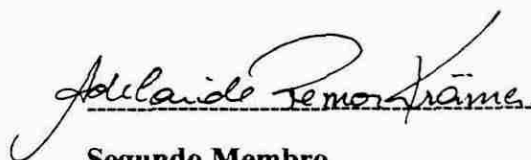
Presidente da Banca

Prof. Eliedite Mattos Ávila



Primeiro Membro

Assistente Social, Arlete Maria Milanez



Segundo Membro

Advogada, Adelaide Remor Krämer

Florianópolis, 24/02/2003.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelo dom da vida e pela esperança e fé que me proporciona a cada dia.

Aos meus pais, **João e Nivalda**, pelo amor, carinho, dedicação e, sobretudo, pelo apoio, pois, muitas vezes, mesmo sem entender meus propósitos, estão sempre do meu lado.

Ao meu irmão, **João Luiz**, a minha cunhada **Janete**, aos meus amados sobrinhos, **Evandro, Camila e Lucas**, por fazerem parte da minha vida.

Aos queridos amigos, **Sílvia e Fernando**, que tanto alegam minha vida.

À minha orientadora, professora **Eliedite Mattos Ávila**, pela disponibilidade e apoio para a realização deste trabalho.

À minha supervisora de estágio, a Assistente Social **Arlete Maria Milanez**, que apesar de sua sobrecarga de trabalho, sempre encontrou tempo para me dar atenção e orientação. Parabéns pelo seu profissionalismo!

Às Assistentes Sociais, **Maris, Tânia e Angelika**, pelo apoio e carinho que me dispensaram durante o estágio.

As minhas colegas de Curso, **Lívia e Milena**, pelos trabalhos em equipe, pelas brincadeiras e risadas em sala de aula e, sobretudo, pela amizade, dividindo sempre as alegrias e as tristezas, tendo sempre uma palavra amiga de conforto e carinho.

A **todos** que contribuíram na minha formação e para a realização deste trabalho.

E, por último, um agradecimento muito especial ao meu marido, **Ismael**, pelo amor, carinho, amizade, companheirismo, pela vida maravilhosa que levo a seu lado e pelo **filho** amado que estamos esperando com tamanha felicidade.

Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho reúne pesquisa teórica e empírica sobre a evolução histórica da família e como se apresenta na atualidade, perpassada pelos conceitos de alguns autores que são necessários para entendê-la na atualidade. Diante disso, apresentamos sua função no desenvolvimento dos filhos, dando destaque aos vínculos que se formam.

Faz-se, ainda, uma apresentação do ciclo vital da família, que são fases em que podem surgir os conflitos, tendo como consequência, em alguns casos, a separação conjugal, quando surgem novos conflitos. Entre eles, destacamos a guarda dos filhos e o consequente direito de visita e sua regulamentação. Em muitos casos faz-se necessário recorrer à ajuda institucional para solucioná-los.

A temática abordada é consequência da crescente demanda que se apresenta ao Poder Judiciário para resolução de conflitos relacionados à regulamentação de visitas de pais a seus filhos. Dessa forma, destacamos a assessoria dos profissionais do Serviço Social Forense, que através da utilização relevante do Estudo Social, um instrumental técnico operativo inerente à profissão, contribuem para que as decisões judiciais sejam as mais justas e as mais adequadas para atender o melhor interesse dos filhos.

Para entendermos a relevância da temática, faz-se uma análise de alguns Estudos Sociais.

Palavras-chaves: família, conflito, separação conjugal, guarda, direito de visita, regulamentação de visitas e Estudo Social.

SUMÁRIO

RESUMO	V
APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO I – FAMÍLIA	10
1.1 – EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA.....	10
1.2 – CONCEITO DE FAMÍLIA.....	13
1.3 – A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	14
1.3.1 – Vínculos afetivos.....	15
1.4 – CICLO VITAL DA FAMÍLIA.....	16
1.4.1 – Início do casamento.....	17
1.4.2 – Chegada do primeiro filho.....	18
1.4.3 – Crescimento dos filhos.....	19
1.4.4 – Desprendimento e separação dos filhos.....	19
1.4.5 – De novo um casal.....	20
1.5 – CONFLITO E SEPARAÇÃO DO CASAL.....	21
1.5.1 – Conflito.....	21
1.5.2 – Separação do casal.....	22
1.5.2.1 – Reações comportamentais dos filhos diante da separação dos pais.....	24
CAPÍTULO II – GUARDA, DIREITO DE VISITA E O ESTUDO SOCIAL	27
2.1 – GUARDA.....	27
2.1.1 – A guarda na Lei do Divórcio.....	28
2.1.2 – A guarda no Novo Código Civil Brasileiro.....	29
2.2 – DIREITO DE VISITA.....	32
2.2.1 – Regulamentação de Visitas.....	35
2.3 – ESTUDO SOCIAL.....	37

CAPÍTULO III – SERVIÇO SOCIAL FORENSE E SUA ATUAÇÃO NA VARA DA FAMÍLIA.....	43
3.1 - CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	43
3.1.1 - Breve histórico.....	43
3.1.2 - Serviço Social Forense.....	44
3.2 – O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS.....	46
3.2.1 – Estudos Sociais realizados em Processos de Regulamentação de Visitas.....	46
3.2.2 - Análise dos Estudos Sociais em Processos de Regulamentação de Visitas.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto da prática vivenciada durante o Estágio Curricular Obrigatório, realizado no setor de Serviço Social das Varas de Família, Órfãos e Sucessões do Fórum da Comarca da Capital.

A escolha do tema – A Importância do Estudo Social nos Processos de Regulamentação de Visitas – decorre do número expressivo de processos de regulamentação de visitas, encaminhados por determinação judicial ao setor de Serviço Social para a elaboração de Estudo Social.

O Estudo Social é utilizado como um instrumental técnico operativo inerente aos profissionais de Serviço Social, e, no caso dos assistentes sociais do judiciário, revela-se como um instrumental de grande importância, pois se destina a assessorar os magistrados em suas decisões.

Nos processos de regulamentação de visitas, a partir do Estudo Social é que o magistrado decidirá como regulamentá-las.

Partindo desses dados, e vislumbrando a necessidade de aprofundar essa temática, emergiu nosso interesse na realização deste trabalho, que foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo abordará a evolução da família, demonstrando as transformações que vem sofrendo no decorrer dos anos e como se apresenta na atualidade.

Ainda neste capítulo, apresentaremos o conceito de família, segundo alguns autores, bem como a importância do papel da família no desenvolvimento de uma criança e/ou adolescente e os vínculos que nela se estabelecem.

Trataremos do ciclo vital da família, que são as etapas pelas quais a maioria das famílias passam, e que, muitas vezes, resultam em conflito e em separação conjugal.

Essas temáticas também serão abordadas neste capítulo.

Falaremos, também, das reações comportamentais dos filhos diante da separação dos pais.

No segundo capítulo, abordaremos questões relacionadas aos efeitos produzidos no comportamento dos filhos pela separação conjugal, destacando-se a guarda e como está regulamentada na legislação brasileira, ao direito e à regulamentação de visitas.

Trataremos, ainda, do Estudo Social.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos a Instituição onde realizamos o Estágio, bem como as ações profissionais do Serviço Social Forense subordinados às Varas de Família.

Este capítulo será ilustrado com a apresentação de dois Estudos Sociais realizados durante o estágio em processos de regulamentação de visitas. Finalizando, faremos uma análise desses processos de regulamentação, deixando clara sua importância, e apresentaremos nossas considerações acerca do trabalho realizado.

CAPÍTULO I - FAMÍLIA

1.1 – EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA

A família, segundo Ribeiro (1999, p.09), “é uma estrutura social tão antiga quanto a própria história da humanidade. Através dos tempos, tem assumido formas e/ou mecanismos de funcionamento dos mais diversos”.

Ribeiro (1999) também afirma que, na Idade Média, a família era marcada pelo modelo patriarcal, em que o papel do homem era o de chefe, cabendo aos outros membros obediência e respeito. O chefe precedia da herança natural da linhagem, do sangue, e se fazia perpetuar através do filho primogênito. O casamento era um ato político, que visava exclusivamente manter a propriedade. Não tinha absolutamente nada a ver com amor e sexo, podendo o adultério ser tolerado pelo homem. O concubinato tinha aceitação pública, sendo comum viverem sob o mesmo teto a esposa e a concubina.

Com base nos estudos das famílias aristocráticas da idade média, as casas dessas famílias eram grandes, e as crianças, os criados e os parentes se misturavam. Não existia nenhuma privacidade. A sexualidade não era escondida das crianças, sendo estas, algumas vezes, estimuladas pelos adultos a imitarem atos sexuais. Eram considerados animais a serem domesticados. Inexistia a infância e a adolescência como fases da vida. Eram como se fossem, adultos miniaturizados, usavam as mesmas roupas dos adultos e participavam, ao seu lado, dos mesmos jogos e brincadeiras.

Vivia-se, naquela época, uma realidade familiar que era fundada na moral e no social, deixando-se de lado os aspectos sentimentais. A riqueza era a terra que deveria ser herdada.

De acordo com Gueiros (2002), somente no século XV, as crianças, em especial os meninos, passaram a ser educados em escolas. O surgimento da escola e a inserção das crianças nas mesmas causavam uma grande alteração nas relações familiares, pois elas, com a aprendizagem escolar e de um ofício, passavam a participar mais na vida familiar. Assim, os adultos passavam a vê-las com um olhar diferente, preocupando-se mais com sua educação e seu desenvolvimento.

Quanto às mulheres, perdiam gradativamente seu espaço dentro da família.

Nesse período, a situação da mulher é também alvo de mudanças, caracterizadas pela perda gradativa de seus poderes, o que culmina, no século XVI, com a formalização da incapacidade jurídica da mulher casada e a soberania do marido na família. Assim, a mulher perde o direito de substituir o marido em situações nas quais ele se ausenta ou é considerado louco e qualquer ato seu tem efeito legal apenas autorizado pelo marido. (GUEIROS, 2002, p. 106).

Nessa época, quando se reforçava cada vez mais o poder do marido, aumentavam ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres. Essa desigualdade se percebia desde a infância, pois a escolaridade fazia parte apenas da vida dos meninos, e as meninas passaram a ter acesso à escola somente no final do século XVIII.

Nesse período, conforme nos relata Áries (apud Ribeiro, 1999), os laços de linhagem se enfraquecem, e juntamente com o fortalecimento do poder do marido, passou-se a valorizar os laços de família. Inicia-se o desenvolvimento da família conjugal.

No século XVIII, passou a acontecer a separação entre a família e a sociedade, ou seja, entre o público e o privado. A família passou a valorizar sua intimidade, e um exemplo disso, onde se processa uma das maiores mudanças na vida cotidiana da família, é na arquitetura das casas, que passam a ser compostas de cômodos com separações, assegurando, assim, a privacidade dos indivíduos dentro da própria família.

A partir da segunda metade do século XIX, o processo de modernização e o movimento feminista provocaram mudanças na família.

Segundo Gueiros (2002), nesse período, começa a desenvolver-se o modelo de família conjugal moderna, em que o casamento se dá por escolhas de parceiros, baseado no amor romântico.

Esse modelo de família conjugal se institucionalizou. As relações familiares passaram a ser centradas numa cultura interior privada, aflorou o amor materno, a figura da mãe passou a ser de uma pessoa abnegada, dedicada ao lar e o pai provedor.

Esses dois modelos de família, o patriarcal e conjugal, persistiram até o século XX. Um exemplo disso é que somente a Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a seus direitos e deveres.

Segundo Gueiros (2002), alguns autores afirmam que tais modelos não deixaram de existir e, ainda hoje, os encontramos, dependendo da camada social a que a família pertence.

Na atualidade, no que se refere à composição da família, vemos um aumento das famílias monoparentais, que são aquelas chefiadas por apenas um dos pais, na sua grande maioria, pela mãe, e das famílias recompostas, que são aquelas em que os cônjuges, após a separação, casam-se novamente, levando para essa união os filhos havidos no outro casamento.

Esses novos modelos de famílias decorrem do crescente número de separações e divórcios.

1.2 - CONCEITO DE FAMÍLIA

Falar em família é mergulhar num universo de diferentes e variados significados para as pessoas, dependendo do local onde vivem, de sua cultura, de sua religião e de outros aspectos. É um tema que traz à tona experiências de cada indivíduo, pois cada um de nós tem a sua representação de Família, e o primeiro passo para falarmos sobre o tema e podermos trabalhar com elas é não conceituá-las a partir da nossa família.

Para tanto, é necessário saber que família é uma construção humana em constante transformação sob influência do meio social e cultural em que está inserida.

A forma como a família vem se modificando e se estruturando nos últimos tempos, impossibilita-nos identificá-la como única ou ideal, pois surgem novos arranjos familiares, como a família monoparental e a recomposta, por exemplo. Assim, diante dessa diversidade dos arranjos familiares, não mais podemos falar em família e, sim, em famílias, no plural, para abarcar essas variações de composição e estrutura familiar.

Com a preocupação de abranger as diversidades familiares, usaremos as definições de família, segundo alguns autores.

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTO apud VIEIRA, 1998, p.12).

Um outro conceito de família que consideramos muito apropriado é o que nos apresenta Delaney (apud Nitschke, 1999, p.14), ou seja, como “um sistema dinâmico de duas ou mais pessoas que se consideram uma família, as quais dividem uma história, objetivos comuns, obrigações, laços afetivos e um alto grau de intimidade”.

Mesmo diante das transformações que vêm ocorrendo na família, ela é tomada como ponto de referência para seus membros, principalmente para as crianças e adolescentes.

1.3 – A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em normas gerais, visa garantir a proteção integral, assegurando os direitos ligados não apenas à sobrevivência, mas ao pleno desenvolvimento pessoal e social da criança e adolescente.

É importante compreender que o desenvolvimento da criança e do adolescente está relacionado ao contexto onde está inserido, sendo a família a base mais importante para que o mesmo ocorra integralmente.

Segundo Silva L. (2000, p.22), as funções da família estão interligadas, podendo ser destacadas como funções biológicas, psicológicas e sociais.

A função biológica, segundo Osório (apud Silva L., 2000, p.22), “é a de garantir não a reprodução e sim a sobrevivência da espécie através dos cuidados ministrados aos recém nascidos”. Desde o nascimento, existe uma grande responsabilidade dos pais pela vida do bebê. Pode-se afirmar que todo ser humano, ao nascer, se não for cuidado, não sobrevive. Os cuidados com a higiene, a alimentação, o desenvolvimento motor, o desenvolvimento físico, a aprendizagem, os hábitos, a percepção, a imitação e a linguagem são essenciais para a construção de uma criança sadia e inteligente.

As funções psicossociais estão relacionadas ao alimento afetivo, tão indispensável quanto o oxigênio, pois o vínculo afetivo é particularmente essencial ao desenvolvimento de todos os seres humanos.

As funções sociais estão relacionadas às transmissões de cultura, ou seja, hábitos, comportamento, idéias e valores são também preparação do indivíduo para o exercício da cidadania.

A família é a principal responsável pela integridade e segurança da criança e do adolescente e é nesta instituição que se inicia o processo de socialização. Deve-se entender que a família tem como papel fundamental alimentar afetivamente, além de proteger e promover seus membros. A família é a base para o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. (SILVA L., 2000, p.56).

Portanto, a família é responsável pela formação da identidade e da personalidade dos sujeitos, independentemente do arranjo familiar ou forma como vem se estruturando.

1.3.1 – Vínculos afetivos

Como vimos no item anterior, as funções psicossociais estão relacionadas ao vínculo afetivo que se estabelece entre as pessoas, sendo de extrema importância na vida dos indivíduos. Portanto, daremos mais ênfase ao tema.

Assim como a família pode ser considerada a base de formação dos indivíduos, ela é também um espaço onde surgem e se desenvolvem os vínculos, pois sabemos que a dinâmica das relações familiares também se sustenta na valorização dos afetos, sentimentos e emoções.

Cabe ressaltar que a comunidade onde os sujeitos estão inseridos também é um espaço onde se estabelecem vínculos.

Ao falar sobre vínculos, usaremos um conceito da psicologia que, segundo Keleman (apud Ribeiro, 1999, p.24), “associa-se ao processo de transferência contra transferência que o ser humano estabelece com o outro”. Esse processo é visto pelo autor como algo mais que um fenômeno emocional e psicológico; considera como sendo “o

modo como uma pessoa forma a si mesma e atribui significado às suas experiências pelo modo como se vincula e se separa dos outros”.

A transferência é um processo emocional, que busca formar uma conexão com o outro.

Está enraizado em ondas profundas e vigorosas de necessidade, associadas a sentimentos de urgência e gratificação. O impulso de projetar no outro nossas esperanças de satisfação e amor representa a continuação da nossa existência, crescimento e individuação. Sem esse impulso, um indivíduo morreria, ficaria vazio, truncado de crescer ou privado de ser plenamente humano. (Keleman, 1996, p. 166).

Keleman (1996, p.166) ainda nos coloca que “a transferência envolve a busca de amor. Transferência é a projeção de necessidades emocionais de pertencer a, ser querido, ser cuidado, ser protegido, ser recebido, ser objeto de interesse, receber, ser íntimo de.”

Assim, podemos concluir que o vínculo é algo de extrema importância para a condição humana.

Segundo Weiss (1998, p. 28), o vínculo passa a ter uma conotação política a partir do momento em que, para sua manutenção e desenvolvimento, necessita da proteção do Estado, pois quando a família e a sociedade não são capazes de garantir a manutenção desses vínculos, entra então o papel do Estado, como forma de promover esse direito. Esse tema será tratado no próximo capítulo.

No item a seguir, que tratará das etapas pelas quais passam a maioria das famílias, veremos como em todas o vínculo afetivo exerce uma significativa importância.

1.4 - CICLO VITAL DA FAMÍLIA

Sabemos que cada família tem uma forma peculiar de existir, sendo assim, se distingue uma da outra, porém, a maioria delas passa por etapas relativamente comuns a todas, e que compõem o que chamamos de Ciclo Vital.

Segundo Ramos (1990), o ciclo vital da família se caracteriza pelas seguintes etapas:

- Início do casamento;
- Chegada do primeiro filho;
- Crescimento dos filhos;
- Desprendimento e separação;
- De novo um casal.

1.4.1 – Início do casamento

Quando duas pessoas se conhecem, tendem a passar uma para a outra, num primeiro momento, apenas as qualidades. Preocupadas em descobrir em que a outra poderá suprir seus desejos e necessidades, cria-se a expectativa de se sentirem amparadas e apoiadas. Nessa etapa, vivem num romantismo tão forte que não conseguem ver o relacionamento como um todo, ou seja, não vêem as diferenças existentes entre eles.

Nessa primeira fase, cada um colocará seus próprios modelos e costumes e aceitará com dificuldades os do companheiro, os costumes podem se diferir em relação ao sono, à alimentação, à organização do dinheiro..., são nesses momentos que o casal percebe suas diferenças e se frustra diante da situação inesperada. Essas diferenças já podem ser vistas na fase do namoro, entretanto, neste período, não lhes é dada a devida importância que a convivência poderá conferir. (BARROS apud VIEIRA, 1998, p. 16).

O início do casamento é a fase de adaptação do casal, pois somente através da convivência é que os ajustes necessários deverão ocorrer.

Os cônjuges têm escondida dentro de si a esperança de modificar o que não lhe agrada no outro, sem pensar em aceitar as diferenças, e criam a falsa impressão de que vão conseguir modificar o outro.

Diante desses fatos, começam as divergências entre os cônjuges, que, se não forem bem trabalhadas, resultarão numa crise. Portanto, o casamento poder ser fonte geradora de uma crise.

1.4.2 – Chegada do primeiro filho

O primeiro filho, na vida do casal, é que marca simbolicamente a constituição da família. Essa chegada é marcada por sentimentos variados, seja de aceitação, alegria e realização, seja de rejeição, medo e insegurança.

O filho, muitas vezes, chega quando o casal ainda não passou da fase de adaptação ao casamento, ou seja, não encontrou o equilíbrio na relação a dois, e este vem como uma terceira pessoa, modificando radicalmente a relação.

Para a mulher, a gravidez representa um momento peculiar em sua vida, porém, muitas vezes, traz certos temores, como, por exemplo, as modificações em seu corpo, sendo que não conseguem exteriorizar esses temores, pois a sociedade encara a gravidez como um momento de máxima realização da mulher.

Ramos (apud Vieira, 1998) afirma que, já na gravidez, o filho passa a interferir na vida do casal, especificamente no relacionamento sexual, pois alguns homens têm medo de que a penetração possa prejudicar o feto. Alguns casais não encontram a posição adequada e satisfatória para a realização do ato sexual, principalmente durante os últimos meses da gravidez. Alguns homens entram em competição com a mulher, passam a querer ampliar seus negócios ou terminar uma tese já esquecida. Nesse momento, são freqüentes relacionamentos extraconjugais, o filho passa a ser visto como um concorrente na busca da atenção da esposa, fato que gera sentimentos de ciúme e de culpa e o marido, por sua vez,

busca consolo e compreensão em outra mulher. Se a relação conjugal não estiver equilibrada, o casal tende a vivenciar situações de crise.

1.4.3 – Crescimento dos filhos

Essa etapa geralmente coincide com o desenvolvimento do casal em relação à sua vida produtiva. Esse é o momento quando a mulher volta a reintegrar o mundo do trabalho e o marido o retoma, se adiou alguma forma de crescimento. Este é também o momento em que o casal passa a lutar por melhores condições econômicas, visando garantir um futuro melhor para a família. Muitas vezes, para concretizar seus objetivos, o casal empenha tantos esforços que pode comprometer a vida familiar.

Por outro lado, há questões dos filhos que têm necessidades a serem atendidas, e cria-se, então, uma competição entre os desejos dos pais e as necessidades dos filhos.

Muitas vezes, a mulher, nessa etapa, se vê nessa dupla jornada, trabalhando dentro e fora de casa, e isso a coloca numa posição de muita exigência, podendo ocasionar insatisfação e enfraquecimento do vínculo conjugal. Uma vez que está se sobrecarregando com o trabalho, ela passa a se sentir, conforme coloca Ramos (1990, p.19), “vítima da situação”.

1.4.4 – Desprendimento e separação dos filhos

Essa etapa é marcada pelo desprendimento dos filhos em relação aos pais, e é quando surge a necessidade de uma nova estruturação familiar. Essa etapa está associada à chegada da adolescência dos filhos.

Com a necessidade de se tornarem independentes, os filhos entram em confronto com os pais, e assim questionam a família na qual estão inseridos. Tem-se, nessa etapa, uma nova reestruturação familiar. É marcada pela dor e pelo conflito, uma vez que muitos pais não conseguem aceitar essa independência, pois significa, além de sua saída de casa, uma espécie de traição.

Muitos filhos, devido às pressões, renunciam a sua independência e ao seu próprio desenvolvimento, passando eles próprios, mais tarde, a cuidar de seus pais. Esses filhos se vierem a se casar, estabelecerão vínculos frágeis, pois o vínculo mais forte continua nos pais.

Nas famílias em que o casal aceita melhor essa independência, também há a reestruturação familiar, pois os filhos não estão mais em casa e passam a ser contemplados à distância.

A adolescência dos filhos coloca os pais frente a suas próprias convicções e teorias, e vão em busca de um meio termo entre a educação recebida e a que pretendem dar ao filhos.

1.4.5 – De novo um casal

Os filhos adultos geralmente deixam a casa dos pais, e o casal, que havia se transformado em uma família, volta a viver como casal.

Segundo Ramos (apud Vieira, 1998), essa etapa produz um momento de avaliação, tanto no âmbito individual quanto familiar. Poderá ser um momento gratificante, se a conclusão a que chegaram foi a de terem cumprido sua “tarefa” satisfatoriamente; assim, poderá haver uma aproximação maior entre o casal. Mas, também, mesmo com esse

sentimento, poderá ser uma etapa difícil, pois os sinais da velhice começam a ser tornar evidentes.

Já, o casal que sente não ter cumprido sua “tarefa” satisfatoriamente, enfrentará maiores problemas, pois a mulher vê a casa e a vida vazia e o marido, no momento de sua aposentadoria, também não consegue encontrar um objetivo na vida. Cada um deles atribui ao outro a responsabilidade por suas frustrações.

Cada ciclo da vida familiar exige ajustamento por parte de seus membros. As tarefas de cada etapa têm valor cumulativo e o bom desempenho de uma fortalecerá o desempenho da próxima.

No ciclo vital de uma família, em que se colocam vidas e idéias em comum, nem sempre seus membros se fazem compreender ou compreendem uns aos outros, e, à medida em que isso ocorre e toma grandes proporções, instala-se o conflito que, muitas vezes, resulta na separação do casal.

1.5 – CONFLITO E SEPARAÇÃO DO CASAL

1.5.1 – Conflito

Segundo Calil (apud Weiss,1998), as diferenças individuais são características positivas e inerentes a relacionamentos. Cada pessoa é única, possui sua história de vida, seu temperamento que, conseqüentemente, forma sua personalidade. Ela se diferencia nas diferenças, que, por sua vez, são a base dos conflitos na família.

Grisard Filho (2002, p.15) nos coloca que “o conflito é inerente à vida humana, pois as pessoas são diferentes, carregam histórias particulares, têm pontos de vista e se

comunicam de formas diferentes, valores, poderes, interesses, recursos ou posições diferentes, dizendo respeito, então, à tensão e à luta entre duas partes”.

A concepção moderna de conflito, segundo Robbins (apud Ávila, 2001, p.20), “preconiza a necessidade do conflito como elemento de qualidade de vida da organização; assim, o conflito não deve ser nem evitado nem suprido, mas gerenciado com eficácia.”

O conceito chinês para a palavra conflito é composto por dois sinais superpostos: um quer dizer perigo e o outro oportunidade. O perigo é permanecer num mesmo impasse que reitera as energias individuais; a oportunidade é de considerar as opções e abrir-se a novas possibilidades que vão permitir novas relações entre os indivíduos e inventar meios de solucionar os problemas cotidianos. (Ávila, 2001, p. 19).

O conflito não é considerado nem negativo nem positivo, é considerado algo natural, um fato da vida, devendo ser trabalhado de maneira eficaz e produtiva.

Moore (1998) nos coloca que muitas pessoas que estão em conflito são incapazes de desenvolver sozinhas soluções para seus problemas, e, em geral, precisam de ajuda para isso.

Sendo a família um espaço privilegiado de convivência entre pessoas, é comum surgirem os conflitos. Porém, os conflitos que ocorrem no âmbito da entidade familiar, muitas vezes, apontam como única alternativa a dissolução do matrimônio.

1.5.2 – Separação do casal

O relacionamento do casal, quando se torna insustentável, aumenta o conflito, e a dissolução da sociedade conjugal é a alternativa para resolver o conflito, encontrando amparo legal para isso na Lei nº 6.515, de 26 de Dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução de sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos. Essa Lei é conhecida como a Lei do Divórcio.

Cabe ressaltar que, ao tratarmos de separação conjugal, estamos nos referindo também à dissolução de sociedade de fato, visto que a união estável foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988, como entidade familiar, em seu parágrafo 3º do art. 226, posteriormente, pela Lei 9.278 de 10/05/96, e, finalmente, pelo Novo Código Civil Brasileiro, em seu art. 1.723.

A separação conjugal pode ser considerada como sendo uma situação de crise que atinge a família como um todo e revela o acúmulo de fracassos nos vários momentos de convivência a dois.

Muitos são os fatores que contribuem para o fracasso conjugal. Segundo Giusti (apud Weiss, 1998), há fatores desagregantes, tanto de ordem interna como externa, que levam um casal a separar-se.

Quanto aos fatores internos, o autor cita: a incompatibilidade dos cônjuges, sendo justificativas para o fim da união: a perda de intensidade e calor emotivos, não satisfação sexual, a perda do prazer de estar juntos, a perda da capacidade de comunicação, falta de maturidade (em função da idade precoce de um ou dos dois cônjuges), entre outros.

Quanto aos fatores desagregantes externos, utiliza como exemplo a autonomia e emancipação feminina, visto que a mulher já não tem um papel a priori, podendo escolher entre a vida de dona-de-casa e a carreira profissional. Citamos, ainda, a doença, sendo o alcoolismo uma das grandes causas da separação conjugal, e a questão financeira da família que, segundo Nunes (2002, p. 19-20), “merece destaque, pois a preocupação com alimentação, moradia, saúde, dentre outros, dificulta o relacionamento familiar, tornando-se prioridades na vida de cada ser humano, em detrimento do amor, do diálogo e da atenção para com a convivência familiar.”

Separar-se, na verdade, é um processo muito complexo, que começa a partir da decisão de ruptura do relacionamento, e que traz à tona um

misto de sentimentos, emoções, como desgastes, estresse, saudade, perda, raiva, culpa, dor, desespero, ressentimento, depressão, angústia e, em outros casos, alívio, paz, tranquilidade, harmonia, esperança, reconstrução, entre outros. Muitas vezes, demora-se anos e anos até concretizar esta decisão, ou seja, decidir é uma questão muito difícil. (NUNES, 2002, p.20).

Como cita a autora, a separação envolve desfazer uma série de projetos de vida importantes e, para muitos, significa luto e perda, porém é importante ter clareza de que para muitos casais significa uma nova chance de recomeçar, não sendo encarada como algo traumático em suas vidas.

Porém, é importante salientar que, se de um lado, temos um casal que apresenta motivos para separar-se, por outro lado, temos a resistência por parte dos filhos, que vêm nos pais sua segurança e fortes laços afetivos.

Segundo Weiss (1998, p.30), “a criança que se envolve em divórcio sente-se aterrorizada e abandonada. As crianças se vêem como separadas da família e sentem-se sozinhas e isoladas, uma vez que precisam de segurança.”

Deve-se ter claro que, para muitas crianças e adolescentes, a separação dos pais, muitas vezes, equivale à morte de alguém amado, pois, de uma forma ou de outra, um deles deixará o lar. Além do que, durante a separação ou após sua oficialização, muitas vezes, os filhos sofrem além do que a própria separação representa para eles, porque se vêem como joguetes nas mãos dos pais, que, simplesmente para a realização e satisfação pessoal, passam a utilizá-los como um objeto, para atingir o outro, sendo que, muitas vezes, querem deter o monopólio afetivo da criança, não os respeitando como indivíduos, com sentimentos e pensamentos próprios.

1.5.2.1 – Reações comportamentais dos filhos diante da separação dos pais

Vejamos, segundo Grunspun (2000, p.56-58), algumas reações comportamentais das crianças e adolescentes, conforme a idade, diante da separação dos pais:

1 – Filhos com idade entre 0 e 3 anos

- Regressão relacionada ao sono, à alimentação e ao controle esfíncteriano
- Medos e fantasias noturnas assustadoras
- Inibição da agressividade
- Desorientação e agressividade

2 – Filhos com idade entre os 4 e 5 anos

- Mágoa com a separação
- Sensação de perda e saudades da figura parental ausente
- Raiva de quem detém sua guarda
- Irritabilidade com agressividade e inibição da agressividade com a outra figura parental.
- Conflitos de lealdade, receio de abandono pelos pais.

3 – Filhos com idade entre 6 e 8 anos

- Raivas como defesa, quando são tomados por exigências e responsabilidades
- Inveja da figura parental ausente por levar uma vida mais livre
- Aliança com um dos pais

4 – Filhos com idade entre 9 e 11 anos

- Defesas com raivas
- Oscilações nos sentimentos de identidade
- Aliança com um dos pais

5 – Filhos com idade entre 12 e 14 anos

- Mudanças no relacionamento com os pais
- Preocupações com sexo nos novos relacionamentos de seus pais
- Instabilidade de humor com explosões de raiva

6 – Filhos com idade entre 15 e 18 anos

- Mudança na participação da família
- Retiradas estratégicas, dormem na casa de amigos e namoradas, onde se tornam benquistos e consideram esses lugares um refúgio.
- Afastamentos estratégicos, pois arrumam sempre algum motivo para “nunca” estarem em casa.
- Moral própria – passam a focar suas preocupações pessoais.

Cabe ressaltar que, em muitos casos, a separação traz para a criança e o adolescente, assim como para os pais, a sensação de alívio, em função de viverem num ambiente hostil e cheio de agressões, sejam elas físicas ou verbais.

Como vimos, a separação de um casal provoca uma série de respostas emocionais e comportamentais nos filhos, com alterações ou reações que não podem ser eliminadas, mas, sendo bem trabalhadas, poderão ser amenizadas.

A separação do casal não altera o vínculo de filiação, afinal, os filhos necessitam do convívio com ambos os pais, independentemente dos desentendimentos que estes tiverem entre si, pois, como já mencionamos, a separação não altera a condição de pai ou de mãe, que perdurará por toda a vida.

No entanto a separação acarreta alguns efeitos. Entre eles, estão a guarda dos filhos, que, a princípio, ficarão com um dos pais, cabendo ao cônjuge que não detém a guarda o direito de ter os filhos em sua companhia, fiscalizar a manutenção e a educação dos mesmos.

Este tema será abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – GUARDA, DIREITO DE VISITA E O ESTUDO SOCIAL

A separação conjugal produz efeitos, que se verificam com relação à pessoa dos cônjuges, aos bens e em relação aos filhos, variando conforme seja a separação judicial, consensual ou litigiosa. Se consensual esses efeitos conformam-se às condições ajustadas pelo próprio casal, e, se litigiosa, são estabelecidos pelo juiz dentro dos termos legais.

Trataremos apenas dos efeitos com relação aos filhos, que dizem respeito à guarda e ao direito de visita.

Cabe ressaltar que, tanto na separação judicial, quanto na dissolução de sociedade de fato, os trâmites para a determinação da guarda e do direito de visitas são os mesmos.

2.1 – GUARDA

Consideramos que, a guarda consiste no dever de criação de uma criança ou adolescente, garantindo-lhe assistência moral, material e educacional.

Guarda de menor é o conjunto de relações jurídicas que existem entre uma pessoa e o mesmo, dimanados do fator de estar sob o poder ou companhia daquela, e da responsabilidade em relação a este, quanto a vigilância, direção e educação.” (FRANÇA apud STRENGER, apud SCHLÖSSER, 2000, p.10).

Do ponto de vista social, segundo Milanez, “Guarda é sinônimo de: cuidar, zelar, orientar, defender aquele que está sob seus cuidados (criança, adolescente e filhos maiores inválidos), fornecendo-lhe assistência material, moral, sócio-cultural, com o objetivo de formação integral do indivíduo.”

Como já mencionamos no capítulo anterior, a separação do casal, apesar de não alterar o vínculo da filiação, acarreta como um dos seus efeitos a guarda, que, via de regra, é estabelecida na dissolução da sociedade conjugal, seja por acordo ou por sentença, pois,

enquanto pai e mãe vivem juntos, a guarda é exercida conjuntamente, em igualdade de condições.

Cumpramos ressaltar que a guarda também poderá ser exercida por terceiros (avós, tios, parentes), sendo recomendada somente na ausência dos pais ou por motivo muito grave, quando estes não possam exercê-la.

Em nosso trabalho, daremos ênfase à guarda exercida por um dos pais após a separação conjugal.

A lei do divórcio (Lei n. 6.515 de 26.12.77), em seus artigos 9º a 16, editou regras quanto à proteção da pessoa dos filhos, revogando os artigos 325 a 328 do Código Civil, que também tratavam do mesmo tema, restando apenas o art. 329, que disciplina a matéria. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 33 a 35, também versa sobre a guarda, porém a que é exercida por terceiros, sendo que o novo Código Civil Brasileiro disciplina essa matéria nos artigos 1.583 a 1.590. Cumpramos salientar, com referência à guarda no Novo Código Civil Brasileiro, que trataremos desse assunto no item 2.1.2.

2.1.1 - A guarda na Lei do Divórcio

Os artigos que dizem respeito à proteção da pessoa dos filhos estão conectados com os artigos 4º e 5º, da Lei 6.515/77, pois a decisão do juiz quanto à guarda dos filhos menores e/ou inválidos pressupõe o pedido de separação.

O art. 4º dessa Lei trata dos casos de separação consensual: “dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há mais de 2 (dois) anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado.”

Já o art. 5º, da lei 6.515/77, trata da separação litigiosa. “Art. 5º A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges, quando imputar ao outro conduta

desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum.”

Fazendo a ligação desses artigos com os que tratam da guarda, vemos que, no art. 9º, a guarda, nos casos de separação consensual (art. 4º), será definida conforme os cônjuges acordaram. Porém, cabe ressaltar que se esse acordo estiver contra os interesses dos filhos, caberá ao juiz determinar a guarda.

Já o art. 10 da mesma lei nos coloca que “na separação judicial fundada no caput do art. 5º, os filhos menores ficarão com o cônjuge que a ela não houver dado causa”. E seu parágrafo 1º nos coloca que “se pela separação judicial forem responsáveis ambos os cônjuges, os filhos menores ficarão em poder da mãe, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles”. No parágrafo 2º, “verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai, deferirá o juiz a sua guarda à pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges.”

Cabe ressaltar que a guarda dos filhos costuma representar um momento a mais de disputa e conflito entre o casal. Nossa legislação contribuía ainda mais para esse conflito, pois, considerando um dos pais culpado pela separação, este em princípio, perderia a guarda dos filhos.

Portanto, como ficou claro, a guarda estava relacionada, no caso de litígio, ao princípio da culpa, sendo que o Novo Código Civil Brasileiro veio alterar essa situação.

2.1.2 – A guarda no Novo Código Civil Brasileiro

Após longo tempo tramitando no Congresso Nacional, veio a lume o novo Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que passou a vigorar no dia 11 de janeiro de 2003, vindo a incorporar, no seu diploma legal, muito do

que a Constituição Federal de 1988 já havia consagrado, como a igualdade de gêneros, a igualdade entre os filhos, bem como a consagração da união estável como entidade familiar.

Segundo alguns autores, nenhum avanço significativo ocorreu no que diz respeito à separação judicial, visto que o Novo Código preservou o princípio da culpa como um dos fundamentos para a separação judicial. A dissolução da sociedade e do vínculo conjugal é tratada nos artigos 1.571 a 1.582 do novo Código.

Quanto à guarda, que agora se encontra regulada pelos artigos 1.583 a 1.590, estando atrelada aos artigos mencionados no parágrafo anterior, o que houve de alteração foi sua desvinculação do princípio de culpa de um dos pais pela separação, vindo, dessa forma, atender o melhor interesse da criança ou adolescente.

Em regra que abrange tanto a separação judicial quanto o divórcio, o art. 1584 (“Decreta a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la”) manda que seja atendido o melhor interesse da criança, desvinculando a guarda dos filhos de qualquer consideração quanto à culpa. (SANTOS, 2002, p. 156).

Temos que ter claro que isso não ameniza os problemas vividos pelo casal, quando a guarda estava relacionada à culpa de um dos pais pela separação, pois, segundo Brito (2002), isso gera um conflito ainda maior entre os pais, visto que a exigência de que se avalie quem possui melhores condições para exercer a guarda contribui, e muito, para aumentar as tensões, angústias, hostilidades e agressividades entre as partes, repercutindo de maneira desastrosa na nova forma de relacionamento necessário a pais e filhos após a separação.

A disputa pela guarda, fomentada ou prevista na legislação, contribui fatalmente para os enfrentamentos entre os genitores, além de direcionar o trabalho de seus representantes legais para a tarefa de compilação de provas que desqualifiquem a outra parte. A encenação sobre competência e as depreciações de comportamentos e atitudes tornam-se

cena constante, quando em um “teatro de máscaras” testemunhas, fatos presenciados e doenças de crianças são usados como prova e atestados da incompetência de um dos genitores para permanecer com a guarda. (BRITO, 2002, p. 436-437).

Brito ainda nos coloca (2002, p. 437) que “muitas vezes, ganhar ou perder do “adversário” torna-se a preocupação maior, quando a aniquilação do ex-cônjuge passa a ser perseguida como sinônimo de vitória no duelo estabelecido.”

Outra questão colocada pela autora é como será classificado o genitor que não conseguiu reunir as condições para exercer a guarda. Será classificado como menos adequando? Pior cuidador? E quanto aos filhos, o que será explicado? Foi decidido que eu sou melhor que seu pai e/ou sua mãe para cuidar de você?

Embora exista toda essa discussão e preocupação, a guarda é um dos efeitos quando os pais resolvem não mais compartilhar da vida em comum, sendo regulamentada por Lei, e, em nossa opinião, o melhor mesmo, e o que vem sendo levado em consideração pelos profissionais do Serviço Social Forense, é a premissa de que ela seja deferida a quem reúna condições de atender o melhor interesse da criança e/ou adolescente.

Segundo Goldstein (apud Bruno), a doutrina dos melhores interesses da criança, nos processos de guarda, levam em consideração:

- 1- os desejos de cada um dos progenitores para solicitar a guarda;
- 2- os desejos da criança quanto ao seu guardião;
- 3- a interação e interrelação da criança com os progenitores, irmãos ou quaisquer outras pessoas que possam afetar significativamente seus interesses;
- 4- a integração da criança ao lar, à escola e à comunidade;
- 5- as condições de saúde física e mental dos envolvidos;
- 6- qual dos progenitores permite mais facilmente o contato freqüente e continuado da criança com o outro progenitor;
- 7- se um dos pais, ambos os pais ou nenhum dos pais manteve os cuidados básicos com a criança;
- 8- a natureza e a extensão da coerção usada pelo progenitor em obter a concordância com a custódia.

Atenta-se, ainda, para a existência de violência real ou suposta do potencial guardião com relação à criança ou a qualquer outro membro da família, bem como para a

manutenção das crianças num ambiente onde estejam sendo atendidas a contento suas necessidades afetivas, nutricionais e educacionais.

Outro efeito da separação do casal, ainda com relação à pessoa dos filhos, é o direito de visita, que decorre da guarda dos filhos outorgada a um dos pais, ou seja, é praticamente uma consequência da guarda, tema que a seguir abordaremos.

2.2 - DIREITO DE VISITA

Segundo Diniz (1995), um outro efeito da separação é o que diz respeito ao direito de visita, visto que o art. 15 da Lei do Divórcio assegura ao genitor que não detém a guarda, além do direito de fiscalizar sua manutenção e educação, podendo inclusive reclamar ao juiz se entender que estas estão contrárias aos interesses dos filhos, o direito de visita.

Art. 15 “Os pais, em cuja guarda não estejam os filhos, poderão visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo fixar o juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação”.

O Novo Código Civil Brasileiro veio apenas incorporar e reafirmar o que diz o art. 15, pois seu art. 1.589 apresenta a seguinte redação: “O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.”

Cumprе salientar que há, na doutrina, duas correntes. Uma, que considera que o assim chamado “Direito de Visita” não é um direito autônomo, pois não existe por si mesmo, sendo apenas uma simples expressão, sem história no direito brasileiro, porque não possui lastro próprio, não existindo como tal no ordenamento jurídico. Considerando que o art. 15 da lei nº 615/77, e atualmente o art. 1.589 do Novo Código Civil, que

parecem regular o chamado direito de visita, na verdade tem outro fim. Segundo Carvalho (1995, p. 172-173), “ele quer dizer que a visita é um modo pelo qual o pai exerce o “dever” de ter os filhos em sua companhia sem que os tenha sob sua guarda.” O autor ainda nos coloca que é dever dos pais terem os filhos em sua companhia, por mais breve que seja, porém os filhos é que são os titulares do direito à companhia dos pais, podendo até renunciar a ele.

A outra corrente, à qual somos favoráveis, é a que considera os artigos acima citados, como reguladores do direito de visita, facultando esse direito ao genitor que não detém a guarda.

Importante explicar que tal direito é também do filho, que precisa do convívio com ambos os pais os cônjuges, independentemente dos desentendimentos que estes tiverem entre si, pois a separação não modifica a qualidade de pai ou de mãe que perdurara por toda a vida. (MACEDO JUNIOR, 2002, p.73).

Cabe ressaltar que o direito de visitas é um direito entre pais e filhos e não entre os cônjuges, e está condicionado ao interesse da criança e/ou adolescente.

Portanto, é considerado um direito e não um dever dos pais, bem como um direito dos filhos que necessitam conviver com ambos os pais, sendo assim reconhecido por diversos autores e pelos Tribunais.

Macedo Junior (2002, p. 73) considera “importante salientar que as visitas são um direito (que pode ser exercido, ou não, dependendo da vontade e das condições de quem possui esse direito) e não um dever, e que é interessante que sejam fixadas para não dar confusão”.

Esse Direito envolve não só estar em companhia dos filhos, como também garante ao genitor que não detém a guarda fiscalizar e participar de sua educação. E isso é possível, mesmo que em poucas horas, pois:

... a maior influência na criança vem de quem fica com ela nas horas de folga. Durante a semana, a criança volta da escola cansada e encontra a mãe ou o pai que lhe dão alimentação e segurança. Mas a verdadeira

iniciação cultural, a abertura para o mundo se faz nos dias de folga, quando a criança está disponível. (DOLTO apud BAPTISTA, 2000, p. 294).

Os pais “visitadores” devem ter consciência de que as visitas devem ser proveitosas para a formação de seus filhos e que não se constituem na mera presença física, pois aos pais, mesmo que separados, compete o dever de criá-los, sustentá-los e educá-los.

A visita também tem como finalidade estreitar os laços de amizade entre pais e filhos.

Um dos objetivos da visita é o de fortalecer os laços de amizade entre os pais e filhos, enfraquecidos pela separação do casal; é o de proporcionar aos últimos a assistência e o carinho daqueles; é o de minorar os efeitos nocivos impostos à prole com a separação definitiva dos genitores. (RJTJSP apud BAPTISTA, 2000, p. 294).

Conforme lembra Almada (apud Diniz, 1995, p. 193) “tão grave é o respeito ao direito de visita que não pode o cônjuge, sob cuja guarda ficarem os filhos, recusar ao outro o exercício do direito de visita, salvo motivo de suma gravidade. Negativa infundada é inadmissível e pode levar até à perda da guarda.”

Segundo Bittencourt (1984), o desrespeito a esse direito poderá integrar o delito de desobediência, pois trata-se de desrespeito a mandado judicial.

Bittencourt (1984) também nos coloca que a lei apenas garante o direito de visita, porém, sua regulamentação está a cargo do juiz em cada caso. Sendo necessário, deste muita atenção quando esse direito é reclamado, verificando se está baseado no real interesse dos pais e dos filhos, ou se está sendo reclamado apenas para controlar e importunar a vida do outro genitor.

Se os pais, na separação, não acordarem quanto às visitas, ou melhor, como elas ocorrerão, o magistrado irá regulamentá-las.

2.2.1 - Regulamentação de Visitas

Na separação consensual, os pais poderão entrar em comum acordo e regularizar as visitas como melhor lhes convier, ajustando os dias, o local, o tempo e a duração das mesmas. Em caso de litígio, o juiz determinará como devem ser. Ele as regulamentará, desde a entrega periódica do filho ao beneficiário até a limitação do local e tempo de duração das visitas, devendo sempre atender os interesses da criança e/ou adolescente.

Para tanto, atenta-se para a idade do filho, sua noção de tempo, sua vontade, seus hábitos e a condição do pai não guardião em atendê-lo durante a visitação.

Os magistrados, visando sempre o melhor interesse da criança e/ou adolescente, contam com a assessoria dos profissionais de Serviço Social Forense, que, por determinação judicial, elaborarão um Estudo Social, para fornecer elementos fundamentais às suas decisões judiciais, não apenas nos processos de regulamentação de visitas, como em outros processos em que julguem necessária a intervenção desse profissional.

Com base nesses Estudos Sociais, bem como no parecer dos assistentes sociais, usa-se normalmente fixar as visitas, segundo o Juiz de Direito do Juizado Especial da Comarca de Curitiba, Macedo Junior (2002), em: finais de semanas alternados, começando no sábado pela manhã e terminando no domingo à tarde, pernoitando, desse modo, na casa do pai. Usa-se também fixar em um único dia no final de semana toda a semana, nos sábados ou domingos, começando de manhã até à tarde.

Quando a criança está em tenra idade (0 a 03), é comum fixarem-se as visitas em intervalos de dias menores e por um período de horas menor, respeitando a idade e limite da criança quanto à mudança de ambiente e sua rotina que é rigorosa nessa fase, como: alimentação, sono e formação a imunidade à doenças.

Também se fixa o direito de visitas sobre datas festivas e férias escolares. No Natal, com um e Ano Novo, com outro. Dia do aniversário do pai e dia dos pais, com o pai, aniversário da mãe e dia das mães, com as mães.

Quando do aniversário do filho e dia das crianças, os pais poderão combinar cada um fazer uma festa em datas diferentes ou então cada ano o filho passará com um deles de forma alternada, ou seja, um ano com um, no outro ano com outro.

No Carnaval e na Páscoa, as visitas também são fixadas de forma alternada.

Quanto a férias escolares (férias de verão e de inverno), as visitas poderão ser fixadas em metade do período para cada um dos pais.

Segundo Bruno e Maróstica (apud Silva S., 2001), outros indicativos devem ser levados em conta para a fixação das visitas:

- Crianças até 18 meses, as visitas devem ser mais curtas e freqüentes, sem pernoites;
- Nas férias da criança com o não-guardião apenas a partir dos 02 anos, sendo que, até entrar na pré-escola, essas devem ser de, no máximo, duas semanas (uma semana até 3 anos);
- Também deve ser oportunizado à criança pelo menos um contato telefônico com o guardião durante as férias;
- A criança deve ser apanhada, no mínimo, uma hora depois de acordar e retornar no mínimo, uma hora antes da hora habitual de repouso;
- Em idade escolar, o esquema de visitação deve levar em conta as atividades escolares e sociais que se iniciam;
- Na fase da adolescência, o esquema deve ser flexível o suficiente para permitir que o jovem mantenha suas atividades.

A visitação regular é muito importante para os filhos, visto que se estabelece ainda mais a confiança e os vínculos entre pais e filhos, assim é recomendado segundo Burck que “... o compromisso de visita deve ser fielmente mantido, exceto se há uma emergência real que justifique o cancelamento. Se forem feitas mudanças, aquele dos pais que o fizerem deve explicar a seu filho o motivo de tais mudanças.”

Cumpra salientar que, o assistente social forense durante a realização do Estudo Social têm a possibilidade de interagir com as partes envolvidas no processo, estimulando-as à reflexão sobre a regulamentação das visitas, conscientizando-as de que um acordo satisfatório para ambos e que atenda aos melhores interesse dos filhos, pode ser estabelecido por eles, sem que seja necessário, que a solução para este conflito, venha a ser imposta pelo magistrado, pois, mesmo visando o melhor interesse dos filhos, esta pode não ser a melhor decisão para ambos nem para os filhos, que desejam ter mais contato com o pai não guardião, sem data, horário nem local determinado.

Muitas vezes, o assistente social consegue êxito com essa intervenção, revertendo a situação, ou seja, passando de litigiosa para consensual. As partes entram em acordo, sendo que o mesmo é redigido pelo assistente social, assinado pelas partes e encaminhado ao juiz, que marcará uma audiência para homologação deste acordo.

2.3 - ESTUDO SOCIAL

O Estudo Social se constitui num importante e essencial procedimento para compreender uma determinada situação. Para melhor entender o tema, usaremos as definições de alguns autores.

O Estudo Social é um instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar. Na verdade, ele consiste numa

utilização articulada de vários outros instrumentos que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação. (MIOTO, 2001, p. 157).

A análise realizada pelo assistente social de cada situação específica configurada nas relações pessoais, e dessas com as instituições, é chamada de Estudo Social. O Estudo Social consiste em coletar dados, a partir de um instrumental específico e definido pelo assistente social para cada caso particular, e interpretar esses dados a partir de um referencial teórico, elaborando-se uma opinião profissional sobre a situação. Essa situação é geralmente identificada como “problemática ou conflituosa”, quer pelos que a vivenciam, quer por outros profissionais que a atendam. O estudo irá permitir um conhecimento objetivo da situação dentro de uma visão de globalidade, visto ser a interpretação da situação. (ARAUJO, BRUNO e KRÜGER apud PROENÇA, 2000, p.39-40).

No caso dos assistentes sociais judiciários, o Código de Processo Civil não prevê a realização do Estudo Social, porém o art. 145 do C.P.C nos diz que quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz poderá requisitar o profissional para assessorá-lo.

A Lei 8.662, de 07/06/1993, que disciplina o exercício da profissão do Assistente Social, em seu art. 5º, IV nos apresenta como atribuições privativas do Assistente Social “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.”

Portanto, o Estudo Social é um instrumento técnico-operativo inerente aos profissionais de Serviço Social, e quando requisitado pelos juizes aos assistentes sociais judiciários, se destina a fornecer-lhes subsídios para suas decisões.

Portanto, no plano das ações judiciais, o Estudo Social objetiva o esclarecimento de aspectos sociais das situações complexas, problemáticas e conflituosas.

Segundo Mioto (2001), o Estudo Social se inicia quando o profissional tem contato com a solicitação que lhe foi efetuada e com as informações de que dispõe. A partir dessas informações, o assistente social estabelece um plano em que duas definições são muito relevantes.

A primeira é relacionada aos sujeitos envolvidos na situação, que serão abordados, e que poderão ser pessoas, instituições e grupos de pessoas.

A segunda é quais serão os instrumentos utilizados para a realização do estudo, por exemplo: serão utilizadas visitas domiciliares e entrevistas? As entrevistas serão individuais ou conjuntas? Enfim, o profissional irá decidir sobre os instrumentos, sempre visando garantir profundidade e abrangência no estudo.

Os instrumentos mais utilizados para a elaboração do estudo social são: entrevistas em que as pessoas têm a oportunidade de expressar seus sentimentos. Essas entrevistas poderão ser individuais ou conjuntas; visitas domiciliares - onde o profissional tem a possibilidade de coletar dados e constatar as reais condições nas quais a família vive, sendo o domicílio considerado pelos profissionais um local onde há mais espontaneidade das pessoas; contatos telefônicos, quando se torna difícil ou impossível a realização das visitas domiciliares e a observação, onde se tem a oportunidade de visualizar os sentimentos, ressentimentos, conflitos familiares e empatias.

Definidos os instrumentos que serão utilizados, o assistente social parte para a abordagem dos sujeitos, sendo que todas as informações coletadas deverão ser documentadas através de relatórios descritivos.

De posse de todas as informações, o profissional passa para a fase da análise dos dados obtidos. Segundo Míoto (2001, p.158), “neste momento, as referências teóricas são fundamentais, uma vez que a análise pode ser tomada como elemento concatenador entre a teoria e os dados obtidos através da experiência do momento anterior.”

O assistente social, nesse momento, irá realizar de forma descritiva sua análise e interpretação da situação social, incorporando, também, as referências teóricas.

Assim, documentado através da escrita, da coleta de dados, da análise e interpretação, temos configurado o Estudo Social.

O parecer social, segundo Miotto (2001, p.158), é emitido após a realização do Estudo Social e “refere-se à opinião fundamentada que o assistente social emite sobre a situação social estudada. Esta opinião estará baseada na análise realizada.”

Em se tratando de Estudo Social elaborado por assistentes sociais judiciários, este deve conter, mesmo respeitando o estilo de cada profissional, dados básicos como:

... nome do documento (Estudo Social); nº do processo; natureza da ação (dado constante na capa dos autos); nome das partes e identificação de pessoas envolvidas com dados que as identifiquem; menção ao cumprimento do despacho, meios, forma de cumprimento e técnicas utilizadas; relato do apurado (sucinto ou mais detalhado conforme requeira a causa); manifestação final através de parecer, sugestão, conclusão ou termo equivalente; local, data; rubrica em todas as folhas e assinatura na última, indicando número do registro profissional no Conselho Regional de Serviço Social. (DAL PIZZOL, 2001, p.41).

Segundo Dal Pizzol (2001, p. 41), o Estudo Social deve estruturar-se da seguinte forma:

- 1 – Introdução: considerada como fase de identificação em que deve constar: número do processo, tipo, vara de origem, identificação dos envolvidos e objeto do trabalho.
- 2 – Procedimento: apontam-se quais os instrumentos utilizados na coleta de dados, ou seja, se foram utilizados entrevistas, visitas domiciliares e contatos telefônicos.
- 3 – Caracterização da situação: nessa etapa, organizam-se os dados coletados, faz-se um apanhado geral da história familiar e do relacionamento conjugal, se for necessário, da dinâmica familiar, motivação do conflito e situação socioeconômica dos envolvidos.
- 4 – Parecer social, conclusão/sugestão: após todas as etapas, expõe-se a opinião profissional quanto à solução do conflito; ou qual seria a melhor decisão que o juiz poderia tomar.

Como vimos, Dal Pizzol (2001) considera o parecer social como parte estrutural do Estudo Social.

O mesmo autor ainda afirma que, para realizar o Estudo Social, o profissional necessita ter uma capacidade de observação e perspicácia para captar as reações das partes

envolvidas, o que implica ter sensibilidade, racionalidade, linguagem clara, coerência, capacidade de síntese, imparcialidade, bem como compromisso ético, fornecendo, assim, com suas informações e sugestões aos juizes, um suporte concreto para suas decisões judiciais.

Cabe ressaltar, que os assistentes sociais forenses durante a realização do Estudo Social, além conhecer e analisar a situação vivida pelas partes envolvidas no processo, fornecendo, assim, subsídios importantes para as decisões judicial, desenvolvem um importante papel, que é o de intervenção, pois, têm a possibilidade de interagir com as partes envolvidas no processo, estimulando-as à reflexão sobre o conflito, conscientizando-as das reais necessidades de uma criança e/ou adolescente e, também, de que um acordo satisfatório para ambos e, principalmente, que atenda aos melhores interesse dos filhos, pode ser estabelecido por eles, não sendo necessário que a solução para o problema, seja imposta por outra pessoa, no caso, o magistrado.

Torna-se relevante informar, que, muitas vezes, os assistentes sociais, obtêm êxito com a intervenção, e as partes estabelecem um acordo, sendo o mesmo redigido pelo assistente social, assinado pelas partes e encaminhado para o juiz, que marcará uma audiência para que este acordo seja homologado.

Quanto aos limites do Estudo Social, podemos dizer que: apesar de ser um instrumental em que se pode obter uma visão social muito ampla do conflito familiar, este tem seus limites, visto que o assistente social atua com as pessoas em seu comportamento consciente, e, muitas vezes, o que se observa através dos Estudos Sociais são problemas ligados ao inconsciente, sendo difícil para esse profissional analisar a raiz do conflito.

Isso se percebe não só no comportamento da criança, que pode apresentar-se arredia à outra parte, ter aversão a quem não detém sua guarda e chorar muito para não ir às visitas, como também no comportamento dos adultos (pais) envolvidos na situação, que

podem apresentar problemas de ordem emocional e comportamental, que se refletem na forma como agem com seus filhos. Nesses casos, deve o assistente social sugerir ao juiz avaliação psicológica das partes envolvidas.

Há, ainda, problemas de saúde e problemas mentais por parte dos envolvidos, que precisam ser tratados por profissionais competentes, que também auxiliarão nas decisões judiciais, através de perícias/laudos.

No próximo capítulo, apresentaremos o Serviço Social Forense e sua atuação na Vara da família, bem como a análise de dois Estudos Sociais realizados.

CAPÍTULO III – SERVIÇO SOCIAL FORENSE E SUA ATUAÇÃO NA VARA DA FAMÍLIA

3.1 - CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

3.1.1 – Breve histórico

A Comarca da Capital foi criada pela resolução do Conselho Ultramarinho, inicialmente como Ouvidoria, em 20 de junho de 1749. Em 1º de Julho de 1750, foi instalada com a denominação de Comarca do Desterro, sob a jurisdição de Paranaguá. Com o Alvará de 12 de Dezembro de 1812, foi elevada à categoria de Cabeça de Comarca, transferida a sua jurisdição para Porto Alegre, denominada Comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul. Por Alvará, de 12 de Fevereiro de 1821, foi novamente desmembrada e restabelecida com o nome de Comarca da Ilha de Santa Catarina.

Em 1975, foi inaugurado em sede própria o Palácio da Justiça que passou a abrigar as sedes do Tribunal e do Foro da Capital. Em 1986, a estrutura de primeiro grau (Fórum da Capital) transferiu-se para prédio próprio, sob a denominação de Fórum Desembargador Rid Silva, situado à Avenida Gustavo Richard, nº 434 – Centro - Florianópolis.

O Fórum é uma instituição de caráter público, que tem sob sua responsabilidade a administração da justiça na Comarca em que está localizado, com o julgamento das “ações” pelos Juizes de Direito, de acordo com o que está previsto em lei, zelando pelo seu fiel cumprimento.

O Fórum é composto por Varas específicas, e sua direção está subordinada ao Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário do Estado.

3.1.2 – Serviço Social Forense

A inserção do Serviço Social no Judiciário Catarinense aconteceu no ano de 1972, com a criação de dois cargos de Assistente Social na Comarca da Capital, visando auxiliar o juiz na então Vara de Menores.

Atualmente, no quadro de servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, temos 110 cargos providos de assistente social, distribuídos em quase todas as Comarcas do Estado e no Tribunal de Justiça.

A inserção desse profissional na área da família aconteceu em 1981, com a lotação de um cargo na Vara da Família, também na Capital.

Cumprе salientar que, atualmente, o quadro de assistentes sociais da Vara da Família da Comarca da Capital é composto por quatro profissionais, sendo que duas são subordinados aos Juizes das 1ª Vara e duas aos Juizes da 2ª Vara da Família.

A necessidade da contratação desses profissionais se deu em virtude das peculiaridades existentes nos processos que tramitam nessas varas, pois surgem problemas que extrapolam a área jurídica, atingindo a área social e emocional. O trabalho dos assistentes sociais que atuam nas Varas da Família é desenvolvido nas questões sóciojurídicas, em que as situações de crise familiar já não conseguem mais ser resolvidas por seus membros, que vêm buscar a ajuda institucional para a solução de seus conflitos.

Para tanto, os profissionais de Serviço Social necessitam apropriar-se de uma gama de conhecimentos inerentes a sua prática, buscar sempre o aperfeiçoamento, sendo capazes de formular, avaliar e recriar propostas de políticas sociais.

Para desempenhar suas atribuições, utilizam-se de metodologia própria, referenciais teóricos da profissão, necessitando também reunir saberes de diversas disciplinas das ciências humanas e sociais e legislação específica, como a Constituição Federal de 1988, o

Código Civil, o Código de Processo Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), tendo sua atuação norteadas pelos princípios que fundamentam o Código de Ética da profissão.

Devem, também, os assistentes sociais forenses estar interados dos programas sociais e recursos existentes, para que possam efetuar, quando necessário, os devidos encaminhamentos, respondendo com eficiência às demandas.

Esses profissionais têm como função atender e orientar as demandas sóciojurídicas e fornecer subsídios aos juízes, através de Estudos Sociais, para as suas decisões judiciais. Atuam, também, como mediadores junto ao serviço de Mediação Familiar.

O instrumental técnico-operativo se constitui numa ferramenta imprescindível para realização do trabalho do Assistente Social nas Varas da Família do Fórum da Comarca da Capital, sendo utilizados basicamente entrevistas, visitas domiciliares, contatos telefônicos, encaminhamentos e estudos sociais.

No atendimento ao público, o profissional procura esclarecer dúvidas quanto a questões relacionadas ao direito de família e situações de crise familiar, despertando nos usuários a consciência de cidadania através de orientações sóciojurídicas.

Nesse atendimento, o profissional, para a abordagem do usuário, utiliza-se do instrumental da entrevista, e quando necessário realiza encaminhamentos, para outros órgãos e instituições.

Como mediadores, no setor de Mediação Familiar, os assistentes sociais forenses, desempenham a função inerente a este trabalho, ou seja, acompanham o casal que está vivendo um conflito na busca de um entendimento satisfatório para ambos.

Quanto à elaboração de Estudos Sociais em processos, como já vimos no capítulo anterior, são realizados sob determinação judicial, como forma de subsidiar os juízes em suas decisões. São comuns em processos de separação litigiosa, separação de corpos,

alimentos, guarda, tutela, interdição e regulamentação de visitas que também já abordamos no capítulo anterior e é o tema do item seguinte e do trabalho em si.

3.2 – O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

3.2.1 – Estudos Sociais realizados em Processos de Regulamentação de Visitas

Para abordar a principal temática do presente trabalho - A Importância do Estudo Social nos Processos de Regulamentação de Visitas - apresentaremos dois Estudos Sociais elaborados juntamente com as assistentes sociais da 1ª Vara da Família do Fórum da Capital, no decorrer de nosso estágio curricular.

Cabe ressaltar que o Código de Ética do Serviço Social, em seu capítulo V, art. 17, nos coloca o seguinte “É vedado ao Assistente Social revelar sigilo profissional.” Como todo processo que tramita na vara de família está sob “segredo de justiça”, cumpre-nos apresentarmos os Estudos Sociais, com a omissão dos nomes das pessoas envolvidas, bem como endereços que possibilitem identificação. Colocaremos apenas as iniciais dos nomes.

No item seguinte, após apresentarmos os Estudos Sociais, faremos uma análise dos mesmos, apontando sua importância nos Processos de Regulamentação de Visitas.

Vejamos, então, nas próximas páginas, dois Estudos Sociais.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL.**PROCESSO Nº 023.02.003608-9****AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS****REQUERENTE: D (Mãe)****REQUERIDO: A (Pai)****ESTUDO SOCIAL****ANTECEDENTES:**

D e A viveram durante 05 anos em regime de União Estável até agosto de 2001 e tiveram uma filha, B, atualmente, com 05 anos.

A separação ocorreu há aproximadamente um ano e cinco meses, ficando B sob a guarda do pai.

No ano de 2001, mais precisamente no mês de fevereiro, o casal assinou um termo de acordo neste Setor de Serviço Social, onde acordaram que: a guarda da criança ficaria com o pai, as visitas da mãe à filha seriam livres e, nas férias, a criança ficaria metade do mês com a mãe. Em agosto do mesmo ano, foi homologado o acordo de Dissolução de União Estável aforado por eles, onde decidiram, entre outras coisas, que: a guarda e manutenção da filha ficaria ao encargo do pai, tendo a mãe a liberdade de buscá-la quinzenalmente, mediante acordo prévio quanto à questão de horários. As datas festivas seriam combinadas entre eles e caberia à mãe pagar o plano de saúde para a filha.

Porém, como o que ficou acordado entre as partes não está sendo cumprido, a mãe entrou com o presente pedido de regulamentação de visitas.

VISITA DOMICILIAR À RESIDÊNCIA DA MÃE

Em visita domiciliar à residência da mãe, fomos recebidos por D, que está grávida de 07 meses, e seu companheiro C.

Trata-se da residência dos pais de C, com quem estão morando atualmente. Na casa, moram também mais duas irmãs dele.

D nos relatou que conviveu com A durante 05 anos e que, nesse período, se separaram três vezes, sendo a última definitiva, da qual resultou a ação de Dissolução de União Estável (fls. 09 a 12). A separação ocorreu em virtude das constantes discussões entre o casal.

Disse-nos que a guarda da menina ficou com o pai, porque achou que seria o melhor para B, pois era muito apegada à avó materna e ao pai, que trabalhava apenas num período, ficando com ela no outro. Se ela ficasse com a guarda, teria que colocar B aos cuidados de uma terceira pessoa, pois trabalha o dia inteiro.

Reconhece que A é um ótimo pai para a menina e que ele e sua mãe cuidam muito bem dela. Porém, ele é uma pessoa muito difícil de dialogar, pois acha que o que ele diz e faz está correto, não permitindo que ela interfira na educação da filha.

O que está acontecendo, segundo D nos relatou, é que, quando ela vai buscar a menina, o pai fica sempre fazendo cobranças de ordem financeira, alegando que teve muitos gastos com remédios para a menina, e que se ela não ajudar a pagar, não poderá levar a menina para sua casa. Ela pede para ver as notas fiscais dos remédios, para poder dividir o valor, mas A nunca apresenta. Muitas vezes, salientou D, essas discussões acontecem na frente de B, que se recusa a vir com a mãe.

E quando a menina vai para as visitas, ao retornar, ele fica questionando se a mãe brigou, o que ela falou, pois quer que B seja tratada na casa dela da mesma forma que ele a trata.

Atualmente, quando precisa saber sobre B ou marcar horário para buscá-la e entregá-la, ela telefona para Dona A, mãe de A, com quem tem um bom relacionamento.

Disse-nos, ainda, que B, quando está em sua companhia, dorme no mesmo quarto com ela e seu companheiro, pois na casa não há um quarto só para a menina. E, na casa do pai, dorme no mesmo quarto com os avós. Contou-nos ainda, que ficou muito chateada quando A disse que não quer que seu companheiro se aproxime de B, pois acha que ele pode fazer alguma maldade com ela.

Informou-nos que trabalha de recepcionista numa clínica, mas está afastada do serviço por problemas de saúde. Paga plano de saúde e odontológico para B, colabora com o transporte escolar e dá roupas para a menina.

Disse-nos que entrou com a presente ação para ter assegurado o seu direito de visitas, não tendo que ficar angustiada e em dúvida se vai conseguir ou não passar o final de semana com sua filha, e também para pôr fim às discussões.

C disse-nos que não tem nenhum contato com A, pois acha ele uma pessoa muito grosseira, com quem não dá para conversar. Quando D vai buscar a menina, ele fica dentro do carro para evitar contato com ele. Também ficou muito chateado sobre o que ele falou para D, quanto a fazer alguma maldade com a menina. Disse que gosta muito de B e que ultimamente tem evitado até se aproximar muito dela, porque A pode interpretar de outra maneira e criar mais confusão.

ENTREVISTA COM A (Pai)

Mantivemos contato telefônico com A em sua residência, solicitando sua presença no Setor de Serviço Social do Fórum, pois ele trabalha no período da tarde, com um intervalo de apenas uma hora, das 15:00 às 16:00 h. A entrevista foi realizada neste Setor.

A é motorista de ônibus da empresa Atualmente ele, sua companheira L e a filha B residem com seus pais na Rodovia ... , nº - bairro ..., onde, na parte de trás do terreno, está construindo sua casa.

Disse-nos que o motivo da separação foram as brigas frequentes, pois D queria trabalhar e estudar e ele achava que ela tinha que cuidar da menina. Após separação, ele queria que D ficasse com a guarda da menina, mas B só ficou uma semana em companhia da mãe, que a levou para ele, dizendo que era melhor que ela ficasse com ele, porque não teria tempo para cuidar dela.

Relatou que D paga a Unimed e, às vezes, dá algumas roupas; que pediu a ela para pagar o transporte escolar, que custa R\$ 45,00, e ela só pagou R\$ 20,00. Relatou, também, que a menina tem bronquite e ele gasta muito com remédios, pede para D ajudar e ela não o ajuda.

Explicou que nunca proibiu as visitas e que, muitas vezes, é B que não quer ir para a casa da mãe. Alega que a menina não quer ir, porque a mãe briga com ela e que briga por brigar, que tem “cisma” com B; que D é uma pessoa muito fria, não beija a menina, é como se não tivesse nenhum sentimento por ela. Segundo ele, “ela nunca foi mãe”. Contou-nos que instalou um telefone em casa para D poder ter mais contato com a filha, mas ela não telefona para a menina.

Disse-nos que as visitas eram quinzenais, ela pegava B na sexta-feira e a entregava no domingo, final da tarde. Mas, já que ela entrou com essa ação, não vai mais permitir

que ela pegue a menina na sexta, a partir de agora, ela só poderá buscá-la no sábado de manhã e terá que entregá-la no domingo antes de anoitecer, pois não quer que a menina pegue “friagem”. Disse que, quando houver a festa do dia das mães, mandará sua atual companheira comparecer no lugar da mãe e que não avisará D da festa, tudo por causa da presente ação.

Não gosta quando D vai buscar a menina, pois seu companheiro fuma dentro do carro, o que é muito prejudicial para B. Contou, também, que no último final de semana em que a menina esteve em companhia da mãe, esta a levou para a praia, mesmo sabendo que a menina estava com crise de bronquite. Salientou, ainda, que se preocupa muito quando a menina vai para a casa da mãe, pois B chegou em casa contando que dormiu na mesma cama que a mãe e C, e que já pediu para D não trocar a roupa nem dar banho na menina na frente de C.

Em sua casa, quem dá banho na menina é sua mãe, Dona A, e agora que seu irmão casou, a menina dorme sozinha no quarto que era dele. Durante o período da manhã, ele e sua mãe cuidam da menina que à tarde ela vai para a creche e quando volta fica sob os cuidados da sua mãe até sua companheira e ele chegarem.

Disse-nos, ainda, que não permitiu que B viajasse com D, pois o motorista era um senhor com muita idade e sua filha estaria correndo risco. Ressaltou que não permitirá que D viaje com a menina.

ENTREVISTA COM D (Mãe)

Em entrevista no Setor, D disse-nos que, ao ligar para a casa de A para combinar de pegar a menina na sexta feira, ficou sabendo que, em virtude dele ter sido chamado no

Fórum, ela não pegaria mais a menina na sexta-feira, e, sim, somente no sábado de manhã, tendo que entregá-la no domingo, no final da tarde, antes de anoitecer.

Então, foi buscá-la somente no sábado, às 11:30 h, pois sabia que A não estaria mais em casa, e, no domingo, por volta de 18:00 h, levou a menina para a avó, Dona A, que estava no bairro ...

Contou-nos que durante a semana sempre telefona para saber da menina e falar com ela. Que seu companheiro C não fuma dentro do carro, nem perto da menina, e que B, quando vai para sua casa, dorme num colchão no chão e que em outras visitas a menina dormiu na cama com ela e seu companheiro, porém não dormia entre eles e, sim, do lado dela. No final de semana em que foram à praia, e que B estava doente, seu companheiro foi pescar e como começou a esfriar, ela foi para dentro do carro com a menina.

Disse-nos que a casa que pertencia ao casal e que após a separação ficou com ela, pois comprou a parte de A, está alugada para poder pagar os empréstimos contraidos pelo casal antes da separação e mais um outro empréstimo que ela fez para poder comprar a parte dele na casa. Em virtude dessas dívidas, por estar na perícia médica e precisar tomar vários remédios, tanto para problemas decorrentes da gravidez quando para o coração, pois tem problemas cardíacos, ela não pode buscá-lo com os remédios da menina e está pagando apenas a metade do valor do transporte escolar.

Sobre a festa do dia das mães, no colégio de B, D relatou que Dona A ligou para ela avisando, porém ela não foi, pois como A já havia determinado que ela não poderia pegar mais a menina na sexta-feira e a festinha era sexta-feira. Então, ela só foi no sábado para buscá-la, pois não pode ficar andando muito, mesmo que de carro, por complicações decorrentes da gravidez.

Disse-nos, ainda, que quanto ao pedido que consta na presente ação sobre poder viajar com a filha, são apenas viagens eventuais, que poderão ocorrer quando B estiver em

sua companhia, pois A já proibiu um desses passeios e disse que ela não pode viajar com a menina.

Está muito preocupada como irá fazer para buscar a menina, pois está se aproximando o nascimento de seu bebê e ela não sabe quem A permitirá que pegue a menina para as visitas.

VISITA A ESCOLA E.B.M. (CRECHE)

Fomos até a creche onde B estuda e após identificação com a direção, conversamos com sua professora em sala privada e, posteriormente, com a menina no pátio da creche.

A professora D disse-nos que B é uma criança muito inteligente e falante, não falta às aulas e está sempre limpa e arrumada. Às reuniões da creche, quem comparece é o pai de B, que representa ser um pai muito interessado e preocupado com a filha.

Segundo D, o pai quis colocar B na creche, porque ela convive com adultos e ele acha muito importante para a criança ter contato com outras crianças. Ele esteve na creche para conversar com D, pois desejava saber sobre como estava o aprendizado e o comportamento de B.

D disse-nos, ainda, que a mãe da menina nunca esteve na creche e que B não apresenta alterações no comportamento após as visitas à casa da mãe. Ela nunca falou mal da mãe e que, próximo ao dia das mães, cada criança fez um presentinho para a mãe e um cartaz sobre a mãe e B fez tudo isso em nome da mãe D.

A professora nos mostrou a agenda de B e as pessoas que estão autorizadas a buscá-la; segundo consta na agenda, são: os avós paternos, os tios A e A irmãos de A, ele próprio e sua atual companheira L. Quem assina a agenda de B é a avó.

B disse-nos que tem duas mães, a L e a D. Mas que a mãe mesmo é a D. E que também chama L de mãe, porque gosta dela. Falou também que gosta da mãe e de ir para a casa dela no ..., mas que também gosta de vir embora para a casa do pai. Gosta do C, pois ele “balança” ela na rede.

Relatou que, quando vai para a casa da mãe, dorme num colchão no chão e que C não fuma dentro do carro.

Durante a semana, fala com a mãe por telefone e deu um presente que ela fez para a mãe no dia das mães.

Que o pai e a mãe brigam muito. O pai é bravo, mas não briga com L, e a mãe não briga com C.

Disse-nos, também, que, em casa, quem dá banho nela é a avó e na casa da mãe toma banho sozinha. Que a mãe esta grávida e vai nascer um homem e vai se chamar R, e ela vai ajudar a cuidar do bebê.

VISITA DOMICILIAR À RESIDÊNCIA DO PAI

Realizamos visita domiciliar à residência do pai, fomos recebidos por Dona. A, 39 anos, mãe de A. A residência pertence à Dona A e seu marido, A, L, sua atual companheira, B e um outro filho moram juntos.

Disse-nos que o filho ficou muito bravo, quando soube do processo e que, por esse motivo, não permitiu que D pegasse a menina sexta-feira. Avisou à D sobre a festinha do dia das mães, mas ela não compareceu.

Afirmou que não está do lado de ninguém e que sua maior preocupação é o bem-estar da menina. Acha que A e D devem esquecer as brigas e pensar somente no que é melhor para B.

Disse-nos que, no início da separação deles, muitas vezes, a menina não queria ir para a casa da mãe, mas ela conversava com a menina, incentivando essas visitas e ela começou a ir normalmente, até que descobriu a gravidez da mãe e sem dizer o motivo para ninguém, não queria ir mais. Novamente Dona A conversou com a menina e descobriu que o motivo era a gravidez da mãe, então conversou muito com a menina e pediu para D conversar também sobre o assunto. B então, passou a ir sem problemas para a casa da mãe. Quando chega das visitas, não reclama de nada.

Acha D um pouco “fria” com a menina, telefona para ela, mas com pouca frequência. Relatou ainda que L é muito boa para a menina e que B a chama de L e não de mãe.

Quem leva B ao médico e ao dentista é Dona A, D vai apenas para assinar os papéis do convênio, quando é necessário.

Segundo Dona A, as visitas deveriam continuar no mesmo horário em que aconteciam antes, ou seja, sexta-feira no final da tarde até domingo à noite.

ENTREVISTA COM A (Pai)

Em entrevista neste Setor, A ratificou o que havia dito na primeira entrevista, demonstrando, mais uma vez, sua grande preocupação com a saúde da menina, com o relacionamento entre B e C e ressaltando que a mãe não colabora com os gastos da menina.

Questionado se gostaria de tentar novamente um acordo com D, este respondeu que sim.

TENTATIVA DE ACORDO ENTRE AS PARTES

A e D compareceram ao setor de Serviço Social, onde colocamos primeiramente para D as preocupações do pai com sua filha. E, posteriormente, esclarecemos que a convivência entre pais e filhos é fundamental para o bom desenvolvimento da criança.

A disse que estava tendo muitos gastos com a menina e sugeriu que D pagasse R\$ 90, 00 de pensão e não precisava mais pagar o plano de saúde. D disse que pagaria R\$ 50,00 e que gostaria de continuar pagando o plano de saúde e odontológico. Ele não concordou, pediu licença e retirou-se da sala, não chegando nem a discutir sobre as visitas.

PARECER TÉCNICO

Sabendo que o Direito de Visitas é, principalmente, um direito do filho ter contato com um dos pais que não têm a guarda, entendemos que esse direito deve-lhe ser assegurado, não podendo deixar que as brigas e desentendimentos que ocorrem entre os pais o prejudiquem.

No caso em pauta, a criança B gosta das visitas que faz à mãe, não demonstrando nenhum tipo de restrições à mesma.

Assim sendo, somos favoráveis ao presente pedido formulado pela mãe às fls. 05 e 06.

Cabe ressaltar, quanto ao pedido de férias solicitado, que somos favoráveis, desde que, se as férias da mãe não coincidirem com as férias escolares da criança, esta se comprometa a levá-la e buscá-la no colégio, para não prejudicar suas atividades escolares.

Florianópolis, 05 de junho de 2002.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL.**PROCESSO Nº 023.02.013507-9****AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE VISITAS****REQUERENTE: V (Pai)****REQUERIDO: S (Mãe)****ESTUDO SOCIAL****ANTECEDENTES:**

V conviveu por aproximadamente 05 anos com S, e, desse relacionamento, tiveram uma filha, E, atualmente com 07 anos de idade. Separaram-se em 97.

Em audiência de Conciliação no Juizado Especial Criminal, realizada no dia 04 de maio de 2000, ficou estipulado extra-judicialmente, até ação cabível ser impetrada, que as visitas de V à sua filha seriam realizadas no primeiro e terceiro final de semana de cada mês, sendo que a mãe levaria a criança até a casa de M, irmã de V, e a duração das visitas ficaria a critério das partes.

Ocorre, porém, que o acordo estabelecido não está sendo cumprido, uma vez que a S não permite mais que as visitas aconteçam. Em virtude desse fato, o pai impetrou a ação de regulamentação de visitas, sendo determinada pelo Meritíssimo Juiz a realização do presente Estudo Social.

VISITA DOMICILIAR À RESIDÊNCIA DA MÃE

Em visita domiciliar à residência de S, fomos recebidos pela mesma, que, ao saber do motivo de nossa visita, demonstrou satisfação, pois, segundo nos contou, já a estava esperando. S tem 40 anos, é professora há 17 anos, e além de E tem um outro bebê recém-nascido, fruto da relação atual com M.

Disse-nos que ela e V se conheceram no ano de 1992 e, em 1993, foram morar juntos, separando-se que em 1997. Desse relacionamento, nasceu E, que hoje está com 07 anos de idade. Durante o período em que moraram juntos, residiram no bairro ..., onde ela tem um apartamento que atualmente está alugado, e no ..., em um imóvel que também lhe pertence.

O que motivou a separação foram os desentendimentos constantes que existiam entre o casal, pois, segundo ela, V era usuário de drogas, não tinha um emprego fixo e sempre que conseguia emprego não ficava mais que um mês. Muitas vezes, V saía de casa, drogava-se e só retornava dois dias depois. No ano passado, ela veio a descobrir que ele é portador do vírus HIV.

Contou-nos que V chegou a agredi-la fisicamente e a ameaçou de morte. Na última briga que tiveram, ele saiu de casa retornando durante a noite e ela, que já sentia medo de V, estava dormindo na casa de uma vizinha com a filha. Ele invadiu a casa, quebrou os vidros e fez uma força na varanda da casa. S registrou um boletim de ocorrência, colocou as roupas que pertenciam a V dentro do carro e pediu para um amigo entregar para ele.

Contou-nos, ainda, que no dia 04 de maio de 2000, na audiência de conciliação no Juizado Especial Criminal, ficou determinado que V se afastaria de casa e ela levaria a menina para visitá-lo, até que ele ingressasse com a ação de regulamentação de visitas.

Disse-nos que sempre levava a menina nas datas estipuladas para as visitas, porém ele sempre a ficava incomodando, pedindo-lhe dinheiro. Em uma dessas visitas, E voltou dizendo que o pai havia lhe dito que eles iriam fazer uma viagem para bem longe.

Relatou-nos que, na última visita que E fez ao pai, na Páscoa de 2001, esta ficou em companhia de V e de sua família. Quando este veio buscá-la, ficou importunando-a, pedindo-lhe dinheiro. Então, ela resolveu dar um “basta”. A partir de então, não permitiu mais as visitas, pois além de ser incomodada sempre que levava a menina para as visitas, tinha medo de V fugir com E.

Contou-nos que V, no sentido afetivo, foi um bom pai para E e reconhece que a menina tem vontade de ver o pai. Porém, só permitirá que essas visitas aconteçam novamente, por determinação judicial, ressaltando que essas visitas devem ser supervisionadas por alguém da família dele, passando apenas o dia, sem pernoite, que as irmãs de V venham apanhar e trazer E em casa, pois não quer ter contato nenhum com ele.

Disse-nos, ainda, que após a proibição das visitas, V passou a incomodá-la com telefonemas, inclusive durante a madrugada, para a casa de sua mãe. Essas ligações a incomodavam tanto que registrou uma ocorrência policial. Ressaltou que já mudou seu telefone convencional, que agora estava sob sigilo, pois não permite que a Companhia Telefônica divulgue o número. Em uma oportunidade, ele telefonou para a inquilina do apartamento da ... pedindo o telefone de sua casa. Telefonou e E quem atendeu, ficou questionando onde elas estavam morando, onde ela estudava, porém a menina não respondeu.

Após esse telefonema, além de trocar o número do telefone, avisaram na Escola para não entregar a menina a outra pessoa sem ser para ela e seu atual companheiro, M, e para as pessoas do transporte escolar.

Na oportunidade dessa visita, conversamos com E, que disse-nos ter 07 anos de idade, um irmãozinho, e está cursando a 1ª série. Contou-nos que gosta muito de M, que ele é muito bonzinho para ela, e também o chama de pai.

Quanto a seu pai V, disse-nos: “estou morrendo de saudade dele, mas não fala nada para ele, porque ele pode ficar triste, também não fala isso para esse meu outro pai, o M, que ele também pode ficar triste.” (SIC)

E contou-nos que sua mãe já lhe explicou que ela “só vai ver o pai depois que falar com o advogado”. Contou-nos, ainda, que o pai descobriu o telefone de sua casa e ligou para ela, depois disso a mãe trocou o número do telefone.

Conversamos também com M, atual companheiro de S, que estava muito nervoso e disse-nos reconhecer o direito de V às visitas a E, porém exige que sejam feitos exames toxicológicos e psiquiátricos em V, para comprovar seu estado, visando com isso o bem-estar de E.

M disse-nos ainda, que não fica tranquilo quando E brinca na rua. Algumas vezes, mesmo a menina vindo de transporte escolar, ele vai até a Escola na hora da saída, para ver se V não está esperando por ela.

Contou-nos que conversou por telefone com C, irmã de V, por causa dos constantes telefonemas, e ela lhe disse que eles, os familiares, não conseguiam mais controlá-lo.

ENTREVISTA COM O PAI

Em virtude de V não estar em casa no dia em que fomos realizar a visita domiciliar, fizemos contato telefônico e agendamos entrevista no Setor de Serviço Social.

Conforme o combinado, V compareceu ao Setor e contou-nos que tem 38 anos, trabalha com cobranças e presta serviço para a empresa ... de propriedade de sua irmã, ganha aproximadamente R\$ 300,00 por mês. Mora sozinho e recebe ajuda financeira de sua mãe e da irmã M. É portador do vírus HIV, diz não fazer mais uso de drogas e se trata no Posto de Saúde do bairro.

Disse-nos que ele e S se conheceram na praia do ..., e, algum tempo depois, passaram a morar juntos. Tinham uma boa convivência, porém as brigas se tornaram constantes; a família de S se envolvia no relacionamento deles, então se separaram. Disse-nos, ainda, que saiu de casa apenas com a roupa do corpo, e não paga pensão, pois eles fizeram um acordo em que renunciaria a sua parte nos imóveis, que ele ajudou a comprar; em contrapartida, não pagaria pensão.

Disse-nos que S sempre levava a menina para as visitas, mas depois que descobriu que ele era portador do vírus HIV, proibiu as visitas. Ressaltou que tem muito carinho pela menina e quando ela estava em sua companhia, só dava atenção para ela.

Relatou-nos que, na Páscoa de 2001, a menina passou 04 (quatro) dias na companhia dele e de seus familiares, na casa de sua irmã M. No final de semana depois da Páscoa, também esteve com E e foi entregá-la no serviço de S. Foi o último final de semana que viu a filha.

Contou-nos, ainda, que teve que ligar para a inquilina do apartamento que S tem no bairro ..., para conseguir o telefone dela. Ligou para lá e quem atendeu foi a menina, e ficaram conversando. Essa foi a última vez que falou com a filha, em março deste ano.

Disse-nos que falou apenas com E, e S registrou um boletim de ocorrência, acusando-o de tê-la ameaçado de morte por telefone.

Contou-nos que, após a separação, a única vez que ligou para a casa dos pais de S, foi para reclamar do lugar onde ela estava morando com a menina, pois era numa associação de surfistas, onde circulavam muitas pessoas, não sendo um ambiente “legal” para a menina.

Disse-nos que pretende receber E para as visitas na casa de sua irmã M, pois é uma casa grande, que tem uma estrutura melhor, desejando que essas visitas sejam quinzenais, sem pernoite.

ENTREVISTA COM A TIA PATERNA

Entrevistamos, neste Setor, a irmã de V, M, residente à rua ... – bairro..., na cidade de Ela nos contou que seu irmão trabalha com cobranças para sua empresa que tem o nome comercial de Ela e sua mãe, que reside em ..., ajudam-no financeiramente, pagando aluguel e comida. Disse-nos, ainda, que ela e outros três irmãos moram no mesmo bairro, bem próximo ao apartamento de V.

Contou-nos não saber se ele ainda faz uso de drogas, porém confirmou que ele é HIV positivo e faz tratamento no posto de saúde. Salientou que ele não é uma pessoa agressiva, tem muito respeito por ela e sempre foi um bom pai para E.

Contou-nos, ainda, que faz mais de um ano que seu irmão não vê a filha, que o último contato que tiveram foi no feriado da Páscoa, quando a menina passou alguns dias em companhia não só do pai, como de outros familiares, em sua casa de praia.

Disse-nos que, após a separação, S sempre levava a menina em sua casa para ver o pai ou no local onde estivesse residindo. Porém, após a última visita, que aconteceu, como

já citou, no Feriado da Páscoa, ele esteve na ..., onde S trabalha e eles brigaram, rompendo os contatos em definitivo. S não permitiu mais as visitas.

M nos contou que, nesse período, ela passou por sérios problemas de saúde e, em virtude disso, não procurou S para tentar manter contato entre seu irmão e a filha, vindo a afastar-se também da sobrinha.

Disse-nos que concorda que as visitas sejam em sua casa, porém gostaria que S fosse levar e buscar a menina, visto que S não deseja ter contato com V, preservando assim seu endereço. Compromete-se a ser responsável por essas visitas, inclusive, responsabilizando-se em evitar o contato entre S e V, quando esta trouxer ou buscar a menina. Porém, gostaria que seu irmão tivesse um pouco de liberdade com E, uma vez que acha ruim ficar o tempo todo junto deles. V gostaria de levar a menina em uma praça próxima à sua casa e ao shopping. Disse-nos ainda, que sua mãe, que mora em ... , passa oito meses por ano em sua casa, e sua outra irmã C também se comprometem em se revezarem para assistir às visitas.

Mantivemos contato telefônico com a irmã de V, C e com sua mãe, Sr^a O , que nos afirmaram estarem de acordo em assistir às visitas que a menina E vier a fazer ao pai V.

PARECER TÉCNICO

Sabendo que o Direito de Visitas é principalmente um Direito do filho de ter contato com um dos pais que não tem a guarda, visando solidificar as relações de amor e afeto entre ambos, entendemos que esse direito deve-lhe ser assegurado, não se podendo deixar que as brigas e desentendimentos que ocorrem entre os pais o prejudiquem.

No caso em pauta, a criança demonstrou gostar muito do pai e estar sentindo sua falta. Assim sendo, somos favoráveis ao presente pedido de regulamentação de visitas, sugerindo que estas ocorram em sábados alternados, das 09:00 às 19:00 horas, sempre supervisionadas pelas irmãs de V, M, ou C ou, ainda, por sua mãe Sr^a O, na residência de M à rua ..., nº..., – bairro ..., na cidade de São José.

Sugerimos, ainda, que a criança seja levada e apanhada pela mãe na casa de M e entregue à mesma ou à sua irmã C e à avó Sr^a O, evitando, assim, contato entre S e V.

Florianópolis, 30 de julho de 2002.

3.2.2 –Análise dos Estudos Sociais em Processos de Regulamentação de Visitas

Analizando os Estudos Sociais apresentados, percebemos o quão importante é a utilização desse instrumento pelo Assistente Social dentro dos processos judiciais de regulamentação de visitas, pois, com o intuito de subsidiar os juizes em suas decisões, o assistente social atua sobre a realidade vivenciada pelas pessoas envolvidas no processo, com a verificação “in loco” de toda a dinâmica familiar e da rede social em que estão inseridos. Levando ao conhecimento do magistrado toda essa dinâmica familiar, demonstra o “estilo de vida” dos envolvidos e seus reais interesses.

Cumprе salientar que os instrumentos utilizados para a elaboração dos Estudos Sociais foram: entrevistas individuais e conjuntas, em que as pessoas têm a oportunidade de expressar seus sentimentos; visitas domiciliares, onde coletamos dados e constatamos as reais condições nas quais a família vive; contatos telefônicos e a observação, quando tivemos a oportunidade de perceber os sentimentos, ressentimentos, conflitos familiares e empatias existentes.

Assim sendo, nos Estudos Sociais citados, tivemos a oportunidade de verificar a importância desse instrumento, pois com ele constatamos:

- Como foram vividas as fases do ciclo familiar e como se deu a origem do conflito em relação às visitas;
- A existência de vínculos entre pais e filhos, e como esses vínculos se expressam, tanto na conduta dos pais, quanto na conduta dos filhos;
- O desejo dos filhos, manifesto através das entrevistas, em estar em companhia do pai não guardião. Nos dois estudos, observamos que os pais não estão levando em consideração o desejo das crianças em ter contato com a outra parte;

- No primeiro estudo apresentado, constatamos que as visitas são benéficas à criança, porém, no segundo, verificamos que elas são benéficas, contudo oferecem risco à criança, visto que ele é usuário de drogas, sendo sugeridas visitas supervisionadas;
- Verificamos que, no primeiro caso, o ambiente onde a mãe recebe a filha não oferece risco algum para menina, considerando-o como um ambiente saudável; no segundo, através dos contatos que mantivemos com uma vizinha que pediu para não ser identificada nem citada no Estudo, esta nos contou que o apartamento onde o pai mora não é ambiente adequado para uma criança, visto que está sempre cheio de pessoas fazendo uso de drogas. Além do que o próprio pai nos relatou que não desejava receber a filha em sua casa e, sim, na casa de sua irmã, alegando mais conforto para a menina. Sugerimos que as visitas acontecessem na casa de uma tia da menina;
- O real interesse no pedido, isto é: para ter contato com o filho ou controlar e importunar a vida do ex-cônjuge – No primeiro caso, há o real interesse em ter contato com a filha; no segundo, também há o interesse, porém há risco do outro cônjuge ser importunado, sendo sugerido que não tenham contato;
- A flexibilidade dos pais e dos filhos quanto aos dias e horários de visitas – nos dois casos, tudo isso foi verificado e sugerido no parecer;
- Constatamos o que representa para os pais o momento de buscar e devolver os filhos, o qual pode tornar-se gerador de mais conflito – nos dois casos, esse momento gera conflitos entre o casal.

Nos casos específicos de processos de regulamentação de visitas, a importância desse instrumental se dá em virtude, basicamente, da constatação, análise e parecer dos elementos citados acima, pelas assistentes sociais forenses.

Dessa forma, o Estudo Social serve de embasamento para decisões judiciais, pois aos magistrados torna-se inviável a obtenção desses elementos apenas através das provas trazidas aos autos, e, no mínimo, contato (formal) com as partes durante as audiências.

Assim, os Estudos Sociais têm servido como um importante subsídio às decisões judiciais, pois trazem uma visão social maior do conflito familiar, contribuindo, de forma relevante, para a tomada de decisões judiciais mais adequadas e justas.

Apesar, de que, nos dois Estudos Sociais apresentados não se obteve êxito num acordo entre as partes, ficando a decisão a cargo do magistrado, não podemos deixar de citar outro fator importante que esse instrumental têm, que é o de conseguir, através da interação entre o profissional e as partes envolvidas no processo, estimular a reflexão e a conscientização do que realmente é o melhor para as partes e principalmente para seus filhos, resultando, muitas vezes, num acordo satisfatório para todos, sem a imposição de uma decisão judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando nosso trabalho, teceremos algumas considerações sobre a temática abordada.

Através da realização do Estágio Curricular Obrigatório, em que tivemos a oportunidade de participar efetivamente, de forma supervisionada, da ação profissional dos assistentes sociais do judiciário que atuam junto às Varas de Família, pudemos vivenciar o que aprendemos no decorrer do curso de Serviço Social, principalmente no que diz respeito à Família e ao Estudo Social, que é um dos instrumentais técnico-operativos inerente à profissão.

Primeiramente, pudemos realmente verificar que Família é processo, é relação, é movimento, tem ritmo próprio de apropriação dos valores, crenças, hábitos, de acordo com o meio social em que se insere.

Também constatamos que é diante dessa diversidade de modelos e práticas familiares que surgem entre seus membros os conflitos. Conflitos estes que, muitas vezes, para serem sanados, necessitam de amparo judicial.

E em virtude das peculiaridades de cada processo, que muitas vezes extrapolam a área jurídica e atingem a área social, os juizes contam com o auxílio dos profissionais de serviço social, que elaboram Estudos Sociais sob determinação judicial.

Vivenciando tudo isso na prática, temos a considerar que elaborar um Estudo Social é um trabalho de extrema importância, pois serve para conhecer e compreender a realidade social das mais complexas situações familiares, permitindo conhecer como foram vividas as etapas do ciclo familiar, colaborando, assim, para a decisão judicial e, conseqüentemente, para dirimir os conflitos. Além do que, outro fator importante que este instrumental permite é a intervenção do assistente social, que, ao interagir com a família,

viabiliza momentos reflexivos aos envolvidos, tendo como finalidade lhes possibilitar uma leitura real do conflito, onde possam encontrar a melhor solução, através de um acordo.

No caso específico da temática escolhida para a realização deste trabalho, pudemos perceber a importância do Estudo Social nos processos de regulamentação de visitas, pois, através dele, pode-se verificar, dentre outros fatores, a existência de vínculo entre pais e filhos, o real interesse no pedido, a disponibilidade do pai visitador, a rotina e os hábitos de pais e filhos, se há algum risco para o filho nessas visitas, o desejo do filho de estar em companhia do pai visitador, enfim, podemos realmente constatar o que melhor convém ao bem-estar dos filhos. Esclarecendo também aos pais que muitas vezes o que o magistrado determina, quanto ao esquema de visitas, não é o melhor para ambos nem para os filhos.

Por fim, temos a considerar que os profissionais que atuam nessa área desenvolvem um trabalho que reflete diretamente na vida dos sujeitos envolvidos nos processos, sendo um trabalho muito complexo, pois, a cada Estudo Social solicitado, há uma nova “história” familiar a ser trabalhada e um conflito a ser solucionado.

Assim sendo, cabe a esses profissionais estarem sempre se atualizando, tanto nos conhecimentos inerentes à profissão, como nos específicos de sua área de atuação, tendo sempre claro que a família deve ser vista dentro do contexto social no qual está inserida, pois, mesmo que os conflitos pareçam iguais, a realidade de cada uma delas é única e seus integrantes devem ser observados e respeitados em sua singularidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosângela de. **Perícia Social Judiciária: o modelo de Porto Alegre**, 1999. 12 p. (Relatório Técnico).

ARAÚJO, Rosângela de; KRÜGER, Liara Lopes; BRUNO, Denise Duarte. O Trabalho de Perícia Social. In: **Logos – Revista de Divulgação Científica**, ano 6. n.1. Canoas: ULBRA, 1994, p. 20-25.

ÁVILA, Eliedite Mattos. **Mediação Familiar: Formação de Base**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas - TJSC, 2001.

BAPTISTA, Sílvio Neves. Guarda e Direito de Visita. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família – A Família na Travessia do Milênio**. Coordenação Rodrigo Cunha Pereira. Belo Horizonte : IBDFAM/ Del Rey, 2000, p. 283-300.

BENTO, Andréa. **Serviço Social e Processo de Trabalho nas Varas da Família do Fórum de Florianópolis**. (TCC Serviço Social –UFSC). Florianópolis, 1999.

BITTENCOURT, Edgar de Moura. **Guarda de Filhos**. São Paulo: EUD – Edição Universitária de Direito, 1984.

BRASIL. **Código Civil**. Organizador Antônio Luiz Meirelles Teixeira. Coordenadora Dulce Eugênia de Oliveira. São Paulo: Rideel, 1995.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Organizador Edgard Hermelino Leite Júnior. Coordenadora Dulce Eugênia de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Rideel, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. 6 ed. Atual. Até a Emenda Constitucional n. 31/2000. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90.

BRASIL. **Lei n. 8.662**, de 07 de junho de 1993.

BRASIL. **O Novo Código Civil**. Senado Federal. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Impasses na Condição da Guarda e da Visitação: o palco da discórdia. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família – Família e Cidadania – O novo CCB e a Vacatio Legis**. Coordenação Rodrigo Cunha Pereira. Belo Horizonte: IBDFAM/ Del Rey, 2002.

BRUNO, Denise Duarte; MARÓSTICA, Jaqueline Ciconet. **A Perícia Social na Justiça de Família**. [S.I.].

BURCK, Maria da Graça Rosa. **14 Recomendações para Pais Separados e Divorciados**. 3 p. (Relatório Técnico).

CARVALHO, João Andrade. **Tutela, Curatela, Guarda, Visita e Pátrio Poder**. Rio de Janeiro: AIDE, 1995.

CFESS. Resolução n. 290/94 e 293/94, de 13 de março de 1993 – **Código de Ética**. [S.I.].

DAL PIZZOL, Alcebir. O Estudo Social e a Perícia Social - Um Estudo em Construção. In: **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos/organização da assessoria psicossocial**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 32-48.

_____. **A Prática do Estudo Social e da Perícia Social no Judiciário Catarinense junto aos Procedimentos da Infância e da Juventude**. (Monografia de Especialização em Metodologia de Atendimento da Criança e do Adolescente em Situação de Risco – UDESC). Florianópolis, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 5º Volume. São Paulo: Saraiva, 1995.

FERREIRA, Silvania. **Os Desafios da Paternidade e da Maternidade e a Intervenção do Serviço Social frente às Questões de Gênero**. (TCC Serviço Social –UFSC). Florianópolis, 2002.

FILHO, Waldyr Grisard. Mediação: o recurso da mediação nos conflitos de família. In **Revista Brasileira de Direito de Família**. n. 14. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM. Jul-Ago-Set 2002, p. 11-19.

GRUNSPUN, Haim. **Mediação Familiar: o mediador e a separação de casais com filhos**. São Paulo: Ed. LTr, 2000.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social & Sociedade**. n. 71. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 102-121.

JUNIOR, Francisco Luiz Macedo. **Manual de Conciliação**: Aspectos jurídicos aspectos psicológicos. 2ª ed. 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2002.

¹ KELEMAN, Stanley. **Amor e Vínculos**: uma visão somática-emocional. São Paulo, Ed. Summus, 1996.

MILANEZ, Arlete Maria. SILVA, Tânia Aparecida Campo da. **Guarda**. Florianópolis, 5p. Texto não publicado.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 67. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Família e Saúde Mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. In: **Revista Katálisis**. n. 02/98. Florianópolis: Editora UFSC, 1998, p. 20-26.

_____. Famílias Hoje: o começo de conversa ... In: **Texto & Contexto – Enfermagem / UFSC**. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Volume 1. n.1. Florianópolis: Editora UFSC, 1992, p. 211-219.

MOORE, Chistipther W. **O processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NITSCHKE, Rosane Gonçalves. **Mundo imaginal de ser família saudável**: a descoberta dos laços de afeto como caminho numa viagem no cotidiano em tempos pós-modernos. Pelotas: ED. Universitária/UFPeL; Florianópolis: UFSC, 1999.

NUNES, Larissa Christina Leifer. **Saber Cuidar – Saber Intervir**: um desafio dos profissionais do setor de Serviço Social das varas de família do Fórum da Capital/SC. (TCC Serviço Social – UFSC). Florianópolis, 2002.

PROENÇA, Adriana Lima. **Estudo e Parecer Social como Instrumentos Técnicos Operativos do Processo de Trabalho do Assistente Social nas Varas de Família, no Fórum da Capital**. (TCC Serviço Social – UFSC). Florianópolis, 2000.

RAMOS, Magdalena. *Etapas da organização familiar*. In: **Introdução à Terapia Familiar**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis, SC: Ioes, 1999.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**: memórias dos 110 anos/Santa Catarina. Ed. Comemorativa, 1891-2001. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

SANTOS, Luiz Felipe Brasil. A Separação Judicial e o Divórcio no Novo Código Civil Brasileiro. Ano III – n.12. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese IBDFAM, Jan-Fev-Março 2002, p. 147-160.

SCHLÖSSER, Jenéte. **O Perecer Social como Subsídio para a Modificação de Guarda na Vara da Família Órfão e Sucessões do Fórum da Comarca da Capital**. (TCC Serviço Social – UFSC) Florianópolis, 2001.

SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SILVA, Luciana Pereira. **As Condições Sociais e o Papel da Família no Processo de Desenvolvimento Psicossocial da Criança e do Adolescente**. (TCC Serviço Social – UFSC). Florianópolis, dezembro de 2000.

SILVA, Simone Regina Medeiros da. Vara de Família: sugestão das questões a serem consideradas pelo assistente social. In: **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**: construindo indicativos/organização da assessoria psicossocial. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 115-122.

SILVA, Tânia Aparecida Campos da. **A Diversidade de Perícias nas Varas de Família**. 11 p. Texto não publicado.

VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. **O Estudo Social nas Varas de Família e a População Infanto-Juvenil como Sujeitos de Direitos**. [S.I.]

VICENTE, Cenise Monte. O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: **A Família Contemporânea em Debate**. Organizadora Maria do Carmo Brant de Carvalho. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000, p. 47-57.

VIEIRA, Silvia. **Família e Crise:** Uma experiência do Serviço Social no EMAJ. (TCC Serviço Social – UFSC). Florianópolis, 1998.

WEISS, Vanita. **A Voz da Criança/Adolescente no Processo de Separação** – no EMAJ (TCC Serviço Social – UFSC). Florianópolis, 1998.